

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	9
DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	10
Demonstração do Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	19
DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	20
Demonstração do Valor Adicionado	21

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	77
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	82
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	83
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	84

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	751.094
Preferenciais	1.155.174
Total	1.906.268
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	4.451.160	4.636.779
1.01	Ativo Circulante	1.015.259	1.185.381
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	545	558
1.01.02	Aplicações Financeiras	733.676	746.210
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	733.676	746.210
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	733.676	746.210
1.01.03	Contas a Receber	164.442	299.511
1.01.03.01	Clientes	154.088	27.697
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	10.354	271.814
1.01.03.02.01	Contas a Receber de Partes Relacionadas	10.354	271.814
1.01.06	Tributos a Recuperar	106.173	136.246
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	106.173	136.246
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	27.945	22.515
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	78.228	113.731
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.409	587
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.014	2.269
1.01.08.03	Outros	4.014	2.269
1.01.08.03.03	Outros Créditos	3.573	2.062
1.01.08.03.04	Previdência privada - Ativo de benefício definido	441	207
1.02	Ativo Não Circulante	3.435.901	3.451.398
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	226.543	230.775
1.02.01.03	Contas a Receber	13.075	13.075
1.02.01.03.01	Clientes	13.075	13.075
1.02.01.06	Tributos Diferidos	174.811	179.860
1.02.01.06.04	Tributos a Recuperar	174.811	179.860
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	38.657	37.840
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	37.829	37.008
1.02.01.09.06	Outros Tributos Compensáveis	789	789
1.02.01.09.09	Outros Créditos	39	43
1.02.03	Imobilizado	3.136.044	3.145.358
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.954.965	2.982.806
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	690	763
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	180.389	161.789
1.02.04	Intangível	73.314	75.265
1.02.04.01	Intangíveis	73.314	75.265
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	36.999	37.663
1.02.04.01.04	Outros Intangíveis	36.315	37.602

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	4.451.160	4.636.779
2.01	Passivo Circulante	647.938	915.933
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	21.930	19.436
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	21.930	19.436
2.01.02	Fornecedores	332.062	352.076
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	332.062	352.076
2.01.03	Obrigações Fiscais	33.558	312.568
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	33.279	311.800
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	30.784	300.700
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	2.495	11.100
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	240
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	279	528
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	183.461	160.597
2.01.04.02	Debêntures	183.164	160.283
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	297	314
2.01.05	Outras Obrigações	61.225	57.166
2.01.05.02	Outros	61.225	57.166
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	36.828	36.828
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	8.964	10.527
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	15.433	9.811
2.01.06	Provisões	15.702	14.090
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	15.702	14.090
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	15.702	14.090
2.02	Passivo Não Circulante	1.710.251	1.702.380
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.239.109	1.231.061
2.02.01.02	Debêntures	1.238.674	1.230.570
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	435	491
2.02.02	Outras Obrigações	15.336	13.385
2.02.02.02	Outros	15.336	13.385
2.02.02.02.09	Encargos Setoriais	11.437	9.591
2.02.02.02.10	Obrigações Sociais e Trabalhistas	259	236
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	3.640	3.558
2.02.03	Tributos Diferidos	383.704	381.111
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	383.704	381.111
2.02.04	Provisões	72.102	76.823
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	72.102	76.823
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	72.102	76.823
2.03	Patrimônio Líquido	2.092.971	2.018.466
2.03.01	Capital Social Realizado	262.018	262.018
2.03.02	Reservas de Capital	352.596	352.553
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	341.198	341.198
2.03.02.04	Opções Outorgadas	1.993	1.950
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso	9.405	9.405
2.03.04	Reservas de Lucros	480.788	480.788
2.03.04.01	Reserva Legal	52.404	52.404
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	428.384	428.384

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	89.382	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	905.687	920.607
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	2.500	2.500

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	383.152	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-246.845	-1.864
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-98.039	0
3.02.03	Encargos do uso do Sistema de Transmissão e Conexão	-29.914	0
3.02.04	Taxa de Fiscalização	-1.745	0
3.02.05	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-22.955	0
3.02.07	Pessoal e Administradores	-22.707	0
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-526	0
3.02.09	Serviços de Terceiros	-21.327	-1.625
3.02.10	Material	-1.924	0
3.02.13	Provisão para Processos Judiciais e Outros	-479	0
3.02.16	Depreciação e Amortização	-42.099	0
3.02.17	Outras Despesas	-5.130	-239
3.03	Resultado Bruto	136.307	-1.864
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	0	91.225
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-14.026
3.04.05.01	Amortização de Intangível de Concessão	0	-14.026
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	105.251
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	136.307	89.361
3.06	Resultado Financeiro	-23.416	9.583
3.06.01	Receitas Financeiras	24.048	10.192
3.06.02	Despesas Financeiras	-47.464	-609
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-52.055	-609
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	4.591	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	112.891	98.944
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-38.429	-205
3.08.01	Corrente	-30.786	0
3.08.02	Diferido	-7.643	-205
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	74.462	98.739
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	11.024
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	11.024
3.10.01.01	Resultado Líquido Proveniente de Operações Cindidas	0	18.792
3.10.01.02	Amortização de Intangível de Concessão Proveniente de Operações Cindidas	0	-7.768
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	74.462	109.763
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,03906	0,05758
3.99.01.02	PN	0,03906	0,05758
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,03700	0,00000
3.99.02.02	PN	0,03700	0,00000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	74.462	109.763
4.03	Resultado Abrangente do Período	74.462	109.763

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	18.411	13.833
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	157.115	-1.798
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	74.462	109.763
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	42.099	0
6.01.01.03	Amortização do Intangível de concessão - operações continuadas	0	14.026
6.01.01.04	Amortização do Uso do Bem Público (UBP)	664	0
6.01.01.05	Variações Monetárias / Cambiais	7.597	-380
6.01.01.08	Provisão para Processos Judiciais e Outros	479	0
6.01.01.09	Custo de Empréstimos (encargos de dívidas)	47.366	0
6.01.01.10	Fundo de Pensão - Deliberação CVM 695	190	0
6.01.01.11	Receita de Aplicação Financeira em Investimentos de Curto Prazo	-23.428	-9.137
6.01.01.14	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	7.643	205
6.01.01.15	Ações e Opções de Ações Outorgadas	43	0
6.01.01.16	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	-105.251
6.01.01.17	Resultado líquido proveniente de operações cindidas	0	-18.792
6.01.01.18	Amortização do Intangível de concessão - operações descontinuadas	0	7.768
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	179.199	25.257
6.01.02.01	Consumidores, Revendedores, Concessionárias e Permissionárias	-126.391	0
6.01.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	-5.430	9.672
6.01.02.05	Outros Tributos Compensáveis	35.503	0
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	-5.822	67
6.01.02.07	Contas a receber de partes relacionadas	261.460	0
6.01.02.08	Outros Créditos	-1.511	-5
6.01.02.10	Obrigações sociais e trabalhistas	2.517	0
6.01.02.11	Fornecedores	-20.014	377
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	26.109	0
6.01.02.13	Outros Tributos a Pagar	-9.094	9.596
6.01.02.14	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	16.996	5.550
6.01.02.16	Encargos Setoriais	283	0
6.01.02.18	Pagamento de Processos Judiciais e Outros	-688	0
6.01.02.19	Outras obrigações	5.705	0
6.01.02.20	Pagamento de Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-424	0
6.01.03	Outros	-317.903	-9.626
6.01.03.01	Juros Pagos (encargos de dívidas)	-21.878	0
6.01.03.02	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-296.025	-9.626
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-14.588	-10.018
6.02.01	Adições de ativo imobilizado e intangível	-31.499	0
6.02.03	Aplicações em Investimentos de Curto Prazo	-2.017.336	-119.967
6.02.04	Resgates de Investimentos de Curto Prazo	2.034.511	109.949
6.02.05	Aplicações / Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	-264	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.836	0
6.03.05	Custo de Empréstimos (custo de transação e prêmios)	-3.836	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2016 à 31/03/2016	01/01/2015 à 31/03/2015
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-13	3.815
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	558	66
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	545	3.881

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	262.018	352.553	480.788	0	923.107	2.018.466
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	262.018	352.553	480.788	0	923.107	2.018.466
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	43	0	0	0	43
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	43	0	0	0	43
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	74.462	0	74.462
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	74.462	0	74.462
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	14.920	-14.920	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	22.606	-22.606	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-7.686	7.686	0
5.07	Saldos Finais	262.018	352.596	480.788	89.382	908.187	2.092.971

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.960.708	0	332.958	0	388.514	3.682.180
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.960.708	0	332.958	0	388.514	3.682.180
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	109.763	0	109.763
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	109.763	0	109.763
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	12.008	-12.008	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	18.194	-18.194	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-6.186	6.186	0
5.07	Saldos Finais	2.960.708	0	332.958	121.771	376.506	3.791.943

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	432.816	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	432.793	0
7.01.02	Outras Receitas	23	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-161.230	-1.863
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-132.687	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-23.251	-1.625
7.02.04	Outros	-5.292	-238
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-5.292	-238
7.03	Valor Adicionado Bruto	271.586	-1.863
7.04	Retenções	-42.099	-14.026
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-42.099	0
7.04.02	Outras	0	-14.026
7.04.02.01	Amortização de Intangível de Concessão	0	-14.026
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	229.487	-15.889
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	24.048	126.467
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	105.251
7.06.02	Receitas Financeiras	24.048	10.192
7.06.03	Outros	0	11.024
7.06.03.01	Amortização de intangível de concessão proveniente de operações cindidas	0	-7.768
7.06.03.02	Resultado líquido proveniente de operações cindidas	0	18.792
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	253.535	110.578
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	253.535	110.578
7.08.01	Pessoal	19.425	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	17.374	0
7.08.01.02	Benefícios	526	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.525	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	111.906	205
7.08.02.01	Federais	105.480	205
7.08.02.02	Estaduais	6.426	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	47.742	610
7.08.03.01	Juros	47.464	609
7.08.03.02	Aluguéis	278	1
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	74.462	109.763
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	74.462	109.763

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	4.451.160	4.636.779
1.01	Ativo Circulante	1.015.259	1.185.381
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	545	558
1.01.02	Aplicações Financeiras	733.676	746.210
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	733.676	746.210
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	733.676	746.210
1.01.03	Contas a Receber	164.442	299.511
1.01.03.01	Clientes	154.088	27.697
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	10.354	271.814
1.01.03.02.01	Contas a Receber de Partes Relacionadas	10.354	271.814
1.01.06	Tributos a Recuperar	106.173	136.246
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	106.173	136.246
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	27.945	22.515
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	78.228	113.731
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.409	587
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.014	2.269
1.01.08.03	Outros	4.014	2.269
1.01.08.03.03	Outros Créditos	3.573	2.062
1.01.08.03.04	Previdência privada - Ativo de benefício definido	441	207
1.02	Ativo Não Circulante	3.435.901	3.451.398
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	226.543	230.775
1.02.01.03	Contas a Receber	13.075	13.075
1.02.01.03.01	Clientes	13.075	13.075
1.02.01.06	Tributos Diferidos	174.811	179.860
1.02.01.06.04	Tributos a Recuperar	174.811	179.860
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	38.657	37.840
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	37.829	37.008
1.02.01.09.06	Outros Tributos Compensáveis	789	789
1.02.01.09.09	Outros Créditos	39	43
1.02.03	Imobilizado	3.136.044	3.145.358
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.954.965	2.982.806
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	690	763
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	180.389	161.789
1.02.04	Intangível	73.314	75.265
1.02.04.01	Intangíveis	73.314	75.265
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	36.999	37.663
1.02.04.01.04	Outros Intangíveis	36.315	37.602

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	4.451.160	4.636.779
2.01	Passivo Circulante	647.938	915.933
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	21.930	19.436
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	21.930	19.436
2.01.02	Fornecedores	332.062	352.076
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	332.062	352.076
2.01.03	Obrigações Fiscais	33.558	312.568
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	33.279	311.800
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	30.784	300.700
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	2.495	11.100
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	240
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	279	528
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	183.461	160.597
2.01.04.02	Debêntures	183.164	160.283
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	297	314
2.01.05	Outras Obrigações	61.225	57.166
2.01.05.02	Outros	61.225	57.166
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	36.828	36.828
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	8.964	10.527
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	15.433	9.811
2.01.06	Provisões	15.702	14.090
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	15.702	14.090
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	15.702	14.090
2.02	Passivo Não Circulante	1.710.251	1.702.380
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.239.109	1.231.061
2.02.01.02	Debêntures	1.238.674	1.230.570
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	435	491
2.02.02	Outras Obrigações	15.336	13.385
2.02.02.02	Outros	15.336	13.385
2.02.02.02.09	Encargos Setoriais	11.437	9.591
2.02.02.02.10	Obrigações Sociais e Trabalhistas	259	236
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	3.640	3.558
2.02.03	Tributos Diferidos	383.704	381.111
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	383.704	381.111
2.02.04	Provisões	72.102	76.823
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	72.102	76.823
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	72.102	76.823
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.092.971	2.018.466
2.03.01	Capital Social Realizado	262.018	262.018
2.03.02	Reservas de Capital	352.596	352.553
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	341.198	341.198
2.03.02.04	Opções Outorgadas	1.993	1.950
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso	9.405	9.405
2.03.04	Reservas de Lucros	480.788	480.788
2.03.04.01	Reserva Legal	52.404	52.404
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	428.384	428.384

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	89.382	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	905.687	920.607
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	2.500	2.500

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	383.152	690.002
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-246.845	-342.670
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-98.039	-215.775
3.02.03	Encargos do uso do Sistema de Transmissão e Conexão	-29.914	-28.145
3.02.04	Taxa de Fiscalização	-1.745	-1.539
3.02.05	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-22.955	-11.492
3.02.07	Pessoal e Administradores	-22.707	-17.623
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-526	-610
3.02.09	Serviços de Terceiros	-21.327	-16.102
3.02.10	Material	-1.924	-1.266
3.02.13	Provisão para Processos Judiciais e Outros	-479	-406
3.02.14	Provisão para Redução ao Provável Valor de Recuperação dos Ativos	0	-3.000
3.02.16	Depreciação e Amortização	-42.099	-42.758
3.02.17	Outras Despesas	-5.130	-3.954
3.03	Resultado Bruto	136.307	347.332
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	0	-14.026
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-14.026
3.04.05.01	Amortização de Intangível de Concessão	0	-14.026
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	136.307	333.306
3.06	Resultado Financeiro	-23.416	-34.381
3.06.01	Receitas Financeiras	24.048	21.283
3.06.02	Despesas Financeiras	-47.464	-55.664
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-52.055	-48.420
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	4.591	-7.244
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	112.891	298.925
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-38.429	-105.131
3.08.01	Corrente	-30.786	-108.257
3.08.02	Diferido	-7.643	3.126
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	74.462	193.794
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	41.295
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	41.295
3.10.01.01	Resultado Líquido Proveniente de Operações Cindidas	0	49.063
3.10.01.02	Amortização de Intangível de Concessão Proveniente de Operações Cindidas	0	-7.768
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	74.462	235.089
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	74.462	109.763
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	125.326
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,03906	0,05758
3.99.01.02	PN	0,03906	0,05758
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,03700	0,00000
3.99.02.02	PN	0,03700	0,00000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2016 à 31/03/2016	01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	74.462	235.089
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	74.462	235.089
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	74.462	109.763
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	125.326

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	18.411	51.606
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	157.115	290.823
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	74.462	235.088
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	42.099	42.758
6.01.01.03	Amortização do Intangível de concessão - operações continuadas	0	14.026
6.01.01.04	Amortização do Uso do Bem Público (UBP)	664	666
6.01.01.05	Variações Monetárias / Cambiais	7.597	8.277
6.01.01.08	Provisão para Processos Judiciais e Outros	479	406
6.01.01.09	Custo de Empréstimos (encargos de dívidas)	47.366	50.053
6.01.01.10	Fundo de Pensão - Deliberação CVM 695	190	439
6.01.01.11	Receita de Aplicação Financeira em Investimentos de Curto Prazo	-23.428	-19.620
6.01.01.13	Baixa de Intangível e Imobilizado	0	110
6.01.01.14	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	7.643	-3.126
6.01.01.15	Ações e Opções de Ações Outorgadas	43	41
6.01.01.16	Resultado líquido proveniente de operações cindidas	0	-49.063
6.01.01.17	Amortização do Intangível de concessão - operações descontinuadas	0	7.768
6.01.01.18	Reversão da Provisão para Redução ao Provável Valor de Realização	0	3.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	179.199	-167.408
6.01.02.01	Consumidores, Revendedores, Concessionárias e Permissionárias	-126.391	-753
6.01.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	-5.430	4.284
6.01.02.05	Outros Tributos Compensáveis	35.503	-12.170
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	-5.822	1.907
6.01.02.07	Contas a receber de partes relacionadas	261.460	42.711
6.01.02.08	Outros Créditos	-1.511	25.056
6.01.02.10	Obrigações sociais e trabalhistas	2.517	1.461
6.01.02.11	Fornecedores	-20.014	-365.956
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	26.109	111.699
6.01.02.13	Outros Tributos a Pagar	-9.094	10.676
6.01.02.14	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	16.996	12.223
6.01.02.16	Encargos Setoriais	283	1.408
6.01.02.18	Pagamento de Processos Judiciais e Outros	-688	-394
6.01.02.19	Outras obrigações	5.705	693
6.01.02.20	Pagamento de Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-424	-253
6.01.03	Outros	-317.903	-71.809
6.01.03.01	Juros Pagos (encargos de dívidas)	-21.878	-18.070
6.01.03.02	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-296.025	-157.885
6.01.03.03	Contas a pagar a partes relacionadas	0	-3
6.01.03.04	Caixa líquido gerado nas atividades operacionais descontinuadas	0	111.690
6.01.03.05	Adiantamento de juros de debêntures	0	-7.541
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-14.588	-79.760

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.02.01	Adições para os Ativos Financeiro e Intangível da Concessão	-31.499	-30.270
6.02.03	Aplicações em Investimentos de Curto Prazo	-2.017.336	-742.015
6.02.04	Resgates de Investimentos de Curto Prazo	2.034.511	956.350
6.02.05	Aplicações / Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	-264	-22
6.02.08	Caixa líquido usado nas atividades de investimentos descontinuadas	0	-263.803
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.836	65.971
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	0	-1
6.03.05	Custo de Empréstimos (custo de transação e prêmios)	-3.836	0
6.03.06	Pagamento de Obrigações por Arrendamento Financeiro	0	-77
6.03.07	Adiantamento de principal de debêntures	0	-120.024
6.03.08	Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos descontinuadas	0	186.073
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-13	37.817
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	558	217.634
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	545	255.451

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	262.018	352.553	480.788	0	923.107	2.018.466	0	2.018.466
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	262.018	352.553	480.788	0	923.107	2.018.466	0	2.018.466
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	43	0	0	0	43	0	43
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	43	0	0	0	43	0	43
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	74.462	0	74.462	0	74.462
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	74.462	0	74.462	0	74.462
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	14.920	-14.920	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	22.606	-22.606	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-7.686	7.686	0	0	0
5.07	Saldos Finais	262.018	352.596	480.788	89.382	908.187	2.092.971	0	2.092.971

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.960.708	0	332.958	0	388.514	3.682.180	2.220.695	5.902.875
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.960.708	0	332.958	0	388.514	3.682.180	2.220.695	5.902.875
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	340	340
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	0	0	0	0	340	340
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	109.763	0	109.763	125.326	235.089
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	109.763	0	109.763	125.326	235.089
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	12.008	-12.008	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	18.194	-18.194	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-6.186	6.186	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.960.708	0	332.958	121.771	376.506	3.791.943	2.346.361	6.138.304

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	432.816	733.551
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	432.793	733.533
7.01.02	Outras Receitas	23	18
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-161.230	-296.018
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-132.687	-271.606
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-23.251	-6.689
7.02.04	Outros	-5.292	-17.723
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-5.292	-17.723
7.03	Valor Adicionado Bruto	271.586	437.533
7.04	Retenções	-42.099	-56.784
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-42.099	-42.758
7.04.02	Outras	0	-14.026
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	229.487	380.749
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	24.048	62.578
7.06.02	Receitas Financeiras	24.048	21.283
7.06.03	Outros	0	41.295
7.06.03.01	Amortização de intangível de concessão proveniente de operações cindidas	0	-7.768
7.06.03.02	Resultado líquido proveniente de operações cindidas	0	49.063
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	253.535	443.327
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	253.535	443.327
7.08.01	Pessoal	19.425	15.111
7.08.01.01	Remuneração Direta	17.374	13.768
7.08.01.02	Benefícios	526	610
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.525	733
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	111.906	137.185
7.08.02.01	Federais	105.480	136.651
7.08.02.02	Estaduais	6.426	534
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	47.742	55.942
7.08.03.01	Juros	47.464	55.664
7.08.03.02	Aluguéis	278	278
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	74.462	235.089
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	74.462	109.763
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	0	125.326

Comentário do Desempenho



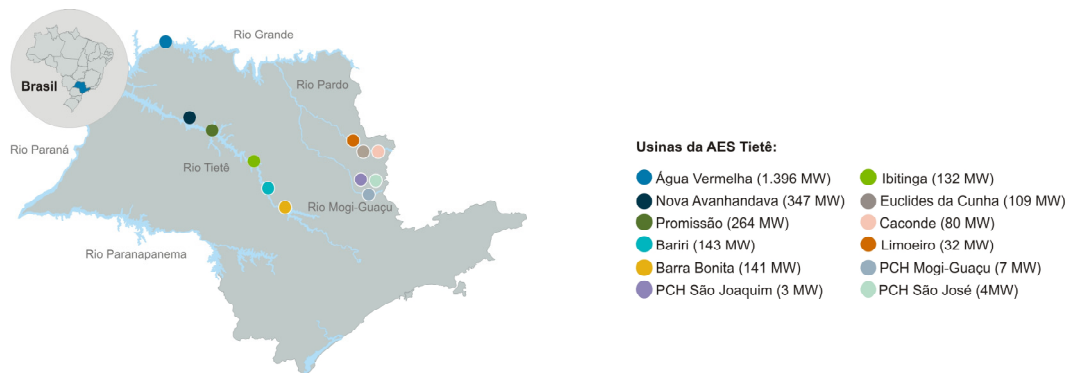
1. Perfil

A AES Tietê, uma das geradoras do grupo AES Brasil, é uma Companhia de capital aberto com ações listadas na BM&FBovespa e está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público, na produção e comercialização de energia elétrica e na condição de produtor independente de energia.

A Companhia tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”).

A Companhia é uma das mais eficientes geradoras de energia elétrica do Brasil, com um parque gerador composto por 12 hidrelétricas, capacidade instalada de 2.658 MW e garantia física de 1.278 MW médios.

As hidrelétricas apresentadas na figura abaixo integram a Companhia. O complexo envolve nove usinas hidrelétricas e três pequenas centrais hidrelétricas (PCH’s), localizadas nos rios Tietê, Grande, Pardo e Mogi-Guaçu, nas regiões Central e Noroeste do Estado de São Paulo.



2. Energia gerada

No 1T16, o volume total de energia gerada pelas usinas da AES Tietê Energia atingiu 3.660,8 GWh, 79,4% superior ao mesmo período de 2015. A variação é consequência da melhora das afluições no submercado SE/CO primeiro trimestre de 2016 em comparação com o mesmo período em 2015 (103,3% em 1T16 vs. 58,7% em 1T15). Desde o final do ano de 2012, o ONS tem optado por manter a política de maior despacho térmico para preservar os reservatórios, em vista da baixa afluição verificada, reduzindo a geração hidrelétrica

Comentário do Desempenho

Geração (Usinas) - GWh	1T15	1T16	Variação (%) 1T15 x 1T16
Energia Gerada Bruta	2.040,5	3.660,8	79,4%
Água Vermelha (Sen. José Ermírio de Moraes)	960,1	1.718,6	79,0%
Bariri (Álvaro de Souza Lima)	159,2	249,5	56,7%
Barra Bonita	125,4	197,8	57,8%
Caconde	24,0	104,2	335,0%
Euclides da Cunha	51,4	34,9	-32,0%
Ibitinga	193,2	227,3	17,6%
Limoeiro (Armando Salles de Oliveira)	12,0	54,0	350,9%
Nova Avanhandava	303,6	579,0	90,7%
Promissão (Mário Lopes Leão)	205,7	487,2	136,8%
Mogi / S. Joaquim / S. José	5,9	8,3	40,6%

3. Desempenho econômico-financeiro

A Companhia está apresentando as informações trimestrais individuais de 31 de março de 2016 e as informações trimestrais consolidadas para 31 de março de 2015, visto que em 31 de dezembro de 2015 foi finalizado o processo de reorganização societária, quando a Companhia deixou de possuir investimentos em outras sociedades. Dessa forma, o resultado das operações em investimentos cindidos (ex-controladas) e itens relacionados aos mesmos, foram reclassificados para a rubrica “operações descontinuadas”. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 1.1.

	1T16	1T15	Var. R\$	Var. %
Receita operacional bruta	432.815	733.551	(300.736)	-41,0%
Deduções da receita operacional bruta	(49.663)	(43.549)	(6.114)	14,0%
Receita operacional líquida	383.152	690.002	(306.850)	-44,5%
Custos e despesas operacionais	(246.845)	(342.670)	95.825	-28,0%
Resultado do serviço	136.307	347.332	(211.025)	-60,8%
Amortização de intangível de concessão	-	(14.026)	14.026	-100,0%
Resultado financeiro	(23.416)	(34.381)	10.965	-31,9%
Imposto de renda e contribuição social	(38.429)	(105.131)	66.702	-63,4%
Lucro líquido do período proveniente das operações em continuidade	74.462	193.794	(133.358)	-61,6%
Operações descontinuadas				
Resultado líquido proveniente de operações cindidas	-	49.063	(49.063)	-100,0%
Amortização de intangível de concessão proveniente de operações cindidas	-	(7.768)	7.768	-100,0%
Total das operações descontinuadas	-	41.295	(41.295)	-100,0%
Lucro líquido do período	74.462	235.089	(33.527)	-68,3%

Em milhares de reais - Consolidado

No trimestre findo em 31 de março de 2016 a Companhia auferiu um lucro líquido no montante de R\$74.462, ante um lucro líquido de R\$193.794 no mesmo trimestre do ano anterior referente as operações em continuidade refletindo, desta forma, as atividades desenvolvidas pela Companhia após a reorganização societária.

Os itens a seguir explicam os principais fatores que influenciaram a redução de 61,6% do resultado da Companhia.

Comentário do Desempenho

3.1. Receita operacional líquida

	Receita operacional (R\$ mil)			Consumo		
	1T16	1T15	Var. %	1T16	1T15	Var. %
Contrato Bilateral AES Eletropaulo	-	565.320	-100,0%	-	2.740	-100,0%
Leilão - Eletropaulo	15.508	-	100,0%	109	-	100,0%
Leilão - Outras empresas	12.620	-	100,0%	89	-	100,0%
Contratos bilaterais	369.401	55.402	566,8%	2.573	483	432,7%
CCEE	35.263	112.811	-68,7%	1.291	410	214,9%
MRE	13.424	2.917	360,2%	1.098	136	707,4%
Mercado de curto prazo	20.830	109.711	-81,0%	193	274	-29,6%
Outros	1.009	183	451,4%	-	-	0,0%
Outras receitas	23	18	27,8%	-	-	0,0%
Receita Operacional Bruta	432.815	733.551	-41,0%	4.062	3.633	11,8%
Deduções da receita operacional bruta	(49.663)	(43.549)	14,0%			
Receita Operacional líquida	383.152	690.002	-44,5%			

A redução de 44,5% da receita operacional líquida é explicada principalmente pelo:

- Término do contrato bilateral com a AES Eletropaulo, representando uma redução de R\$565.320 ou 2.740 GWh compensado parcialmente pelo;
- Aumento de outros contratos bilaterais no montante de R\$313.999 (2.573 GWh no 1T16 ante 483 GWh no 1T15);
- O volume de energia faturada por meio da CCEE no trimestre findo em 31 de março de 2016, aumentou 214,9%, fato explicado pelo maior volume de venda alocado ao Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE") e melhores condições hidrológicas comprado ao ano de 2015.
- Aumento nas deduções da receita de 14% ou R\$6.114 quando comparado com o mesmo período do ano anterior, explicado principalmente pelo aumento na alíquota de PIS e COFINS incidente nos contratos bilaterais cuja alíquota é de 9,25% superior a alíquota incidente ao contrato bilateral com a AES Eletropaulo que era de 3,65% e aumento da despesa com ICMS devido aumento nas vendas através dos contratos bilaterais para consumidores finais em outros estados.

Comentário do Desempenho

3.2. Custos e despesas operacionais

	1T16	1T15	Var. R\$	Var. %
Custo com energia elétrica	(152.653)	(256.951)	104.298	-40,6%
Energia elétrica comprada para revenda	(98.039)	(215.775)	117.736	-54,6%
Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão	(29.914)	(28.145)	(1.769)	6,3%
Taxa de fiscalização	(1.745)	(1.539)	(206)	13,4%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(22.955)	(11.492)	(11.463)	99,7%
Custo de operação	(94.192)	(85.719)	(8.473)	9,9%
Pessoal e administradores	(22.707)	(17.623)	(5.084)	28,8%
Material e serviços de terceiros	(23.251)	(17.368)	(5.883)	33,9%
Entidade de previdência privada	(526)	(610)	84	-13,8%
Depreciação e amortização	(42.099)	(42.758)	659	-1,5%
Outros	(5.609)	(7.360)	1.751	-23,8%
Total dos custos e despesas operacionais	(246.845)	(342.670)	95.825	-28,0%

Em milhares de reais - Consolidado

Os custos e despesas operacionais no trimestre findo em 31 de março de 2016 apresentaram uma redução de R\$95.825 ou 28% em relação ao mesmo período do ano anterior explicado principalmente pelo:

- Menores custos com energia comprada para revenda (R\$98.039 no 1T16 ante R\$215.775 no 1T15) é influenciado, principalmente pelo menor PLD médio no submercado SE/CO (R\$37,73/MWh no 1T16 ante R\$38,48/MWh no 1T15), assim como uma redução no volume de energia comprada no mercado de curto prazo em 58,2% (266.849 GWh no 1T16 ante 446.949 GWh no 1T15);
- Rateio da exposição financeira, reflexo da diferença de preços entre os submercados Sudeste e Nordeste, parcialmente compensado pelo;
- Aumento da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (*royalties*) de 99,7% (R\$22.955 no 1T16 ante R\$11.492 no 1T15) explicada em grande parte pela melhora nas condições hidrológicas comparado ao 1T15.
- Aumento de 9,9% ou R\$8.473 no PMSO – Pessoal, Material, Serviços e Outros reflexo do reajuste salarial de 8,2% em junho de 2015 e manutenção nas eclusas que, em 2015, foram realizadas no final do exercício e em 2016 estão ocorrendo durante o ano.

3.3. Resultado financeiro

Em 2016 o resultado financeiro líquido totalizou uma despesa de R\$23.416 ou 31,9% inferior ao resultado apresentado em 31 de março de 2015 (R\$34.381). Contribuiu para esse desempenho:

- Aumento da receita de juros sobre aplicações financeiras (R\$24.355 no 1T16 ante R\$20.210 no 1T15 devido principalmente ao maior saldo médio de aplicações financeiras no período (R\$713.187 no 1T16 ante R\$429.140 no 1T15) compensado parcialmente pelo;

Comentário do Desempenho

- Aumento das despesas financeiras devido principalmente pela atualização monetária da 3ª série da 4ª emissão de debenture em R\$9.351;
- Efeito positivo nas variações cambiais proveniente principalmente pela variação cambial em processo judicial que discute a aquisição obrigatória pela Companhia de energia oriunda de Itaipu.

3.4. Imposto de renda e contribuição social

Redução de R\$ 66.702 das despesas com imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos) sobre o resultado do 1T16 em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa redução se deve principalmente ao menor lucro tributável apurado em 2016.

3.5. Lucro líquido das operações em continuidade

O lucro líquido no 1T16 foi de R\$74.462, representando uma redução de 61,6% ou R\$119.332 em relação ao mesmo período do exercício anterior, quando a Companhia teve um lucro líquido de R\$193.794. Essa redução deve-se aos fatores anteriormente mencionados.

3.6. Lucro líquido das operações descontinuadas

Devido reorganização societária em 31 de dezembro de 2015 a Companhia reclassificou para operações descontinuadas:

- As receitas, custos e despesas originadas pelos investimentos cindidos (Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A., AES Elpa S.A., AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. e AES Serviços TC Ltda.), que resultou num lucro líquido no montante de R\$49.063 durante o trimestre findo em 31 de março de 2015.
- Amortização de intangível de concessão relacionada aos investimentos cindidos da Eletropaulo e AES Elpa no montante total de R\$7.768 em 31 de março de 2015.

Notas Explicativas

1 Informações gerais

A Companhia é uma sociedade por ações, de capital aberto, cuja sede está localizada na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 5º andar, sala individual 2, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. O contrato de concessão da Companhia, assinado em 20 de dezembro de 1999, tem prazo de duração de 30 (trinta) anos.

A Companhia é diretamente controlada pela AES Holdings Brasil Ltda. e indiretamente pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América).

Até 31 de dezembro de 2015, 1.268 MW médios da garantia física da Companhia foram vendidos para a sociedade sob controle comum, a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.. Para 2016 a Companhia tem 95% da sua garantia física contratada, a qual foi vendida para uma carteira diversificada de clientes. Para 2017, 2018, 2019 e 2020, o percentual da energia assegurada vendido, até 31 de março de 2016, é de 88%, 66%, 33% e 22%, respectivamente. (para maiores detalhes vide nota explicativa nº 25.4).

O parque gerador da Companhia está composto pelas seguintes usinas:

Parque Gerador	Ano de conclusão	Quantidade de turbinas	Capacidade instalada MW	Garantia física MW
<u>Usinas Hidrelétricas (UHE)</u>				
Água Vermelha	1978	6	1.396	746
Nova Avanhandava	1982	3	347	139
Promissão	1975	3	264	104
Bariri	1969	3	143	66
Barra Bonita	1963	4	141	45
Ibitinga	1969	3	132	74
Euclides da Cunha	1960	4	109	49
Caconde	1966	2	80	33
Limoeiro	1958	2	32	15
<u>Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)</u>				
Mogi-Guaçu	1994	2	7	4
São José	2012	2	4	2
São Joaquim	2011	1	3	1
Total		35	2.658	1.278

1.1 Reorganização societária

A AES Tietê Energia S.A (anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia) é a Companhia que sucedeu a AES Tietê S.A. após os eventos da reorganização societária, implementado em 2015, que teve como um dos principais objetivos fortalecer a Companhia como plataforma de crescimento exclusiva de seu controlador em geração de energia elétrica no Brasil.

Notas Explicativas

Informações detalhadas sobre a reorganização societária foram divulgadas nas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2015.

Devido a restrições no sistema Empresas.net que é utilizado para fins de elaboração e envio de documentos à CVM e Bovespa, que requerem a apresentação de informações comparativas nas informações contábeis individuais e consolidadas e a situação específica da Companhia em razão da reorganização societária realizada em 31 de dezembro de 2015, a partir da qual a Companhia deixou de ter subsidiária e, portanto, deixou de efetuar consolidação de suas informações contábeis. Dessa forma, as informações contábeis comparativas estão apresentadas da seguinte forma:

- a. informações contábeis consolidadas de 31 de março de 2015 estão comparadas com as informações contábeis individuais de 31 de março de 2016;
- b. balanço patrimonial consolidado de 31 de dezembro de 2015 está sendo comparado com o balanço patrimonial individual de 31 de março de 2016.

1.1.1 Operação descontinuada

A Companhia efetuou as seguintes reclassificações para o resultado de operações descontinuadas para o trimestre findo em 31 de março de 2015:

1.1.1.1 Demonstração dos Resultados

- a) Nas informações contábeis trimestrais individuais
 - (i) Ganho de equivalência patrimonial dos investimentos cindidos (Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A., AES Elpa S.A., AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. e AES Serviços TC Ltda.) no montante de R\$18.792 em 31 de março de 2015.
 - (ii) Amortização de intangível de concessão relacionada aos investimentos cindidos da Eletropaulo e AES Elpa no montante total de R\$7.768 em 31 de março de 2015.
- b) Nas informações contábeis trimestrais consolidadas
 - (i) As receitas, custos e despesas originados pelos investimentos cindidos (Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A., AES Elpa S.A., AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. e AES Serviços TC Ltda.), que resultou num lucro líquido no montante de R\$49.063 durante o trimestre findo em 31 de março de 2015.
 - (ii) Amortização de intangível de concessão relacionada aos investimentos cindidos da Eletropaulo e AES Elpa no montante total de R\$7.768 em 31 de março de 2015.

Notas Explicativas

OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

31.03.2015

Resultado líquido proveniente de operações cindidas	49.063
Amortização de intangível de concessão proveniente de operações cindidas	(7.768)
Total operação descontinuada	41.295
Atribuído a acionistas da empresa controladora	11.024
Atribuído a acionistas não controladores	30.271

Segue abaixo detalhamento do lucro (prejuízo) líquido das operações cindidas.

Os impactos das operações das controladas cindidas no resultado consolidado, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2015, são apresentados a seguir.

	31.03.2015					
	AES Elpa	Eletropaulo	AES Uruguiana	AES Serviços	Subtotal	Eliminações e ajustes
Receita operacional Líquida	-	3.158.678	339.832	6.992	3.505.502	-
Total dos custos operacionais	(775)	(3.064.413)	(336.741)	(7.395)	(3.409.324)	(3.409.324)
Resultado do serviço (lucro bruto)	(775)	94.265	3.091	(403)	96.178	-
Outras despesas	3.007	-	-	-	3.007	(14.495)
Resultado financeiro	408	(23.329)	14.045	275	(8.601)	-
Resultado antes dos tributos	2.640	70.936	17.136	(128)	90.584	(14.495)
Total dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	(118)	(24.136)	(2.810)	38	(27.026)	-
Resultado líquido proveniente de operações cindidas	2.522	46.800	14.326	(90)	63.558	(14.495)
Atribuído a acionistas da empresa controladora						18.792
Atribuído a acionistas não controladores						30.271

1.1.1.2 Demonstração dos Fluxos de Caixa

a) Nas informações contábeis individuais

Por não haver recebimento de dividendos no trimestre findo em 31 de março de 2015 dos investimentos cindidos, não houve reclassificação de saldo. A demonstração do fluxo de caixa somente refletirá as reclassificações de resultado demonstradas no item 1.1.1.1 (a).

b) Nas informações contábeis consolidadas

- (i) A Companhia destaca em linha específica os resultados líquidos dos investimentos cindidos.

Notas Explicativas

	31.03.2015
Atividades operacionais	
Eletropaulo	127.147
AES Serviços	(2.334)
AES Uruguaiana	(12.542)
AES Elpa	(581)
Total caixa líquido gerado nas atividades operacionais	111.690
Atividades de investimento	
Eletropaulo	(243.980)
AES Serviços	2.367
AES Uruguaiana	(21.145)
AES Elpa	(1.045)
Total caixa líquido usado nas atividades de investimento	(263.803)
Atividades de financiamento	
Eletropaulo	186.197
AES Serviços	(124)
Total caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	186.073
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	33.960

1.2 Obrigação de expansão

O Edital de Privatização previa a obrigação da Companhia para expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em, no mínimo, 15% (quinze por cento) no período de oito anos contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão, ocorrida em 20 de dezembro de 1999. O Edital também previa que esta expansão deveria ser realizada por meio da implantação de novos empreendimentos no Estado de São Paulo ou através da contratação de energia de terceiros, proveniente de novos empreendimentos construídos no Estado de São Paulo, por prazo superior a cinco anos e respeitando as restrições regulamentares.

De forma a cumprir com tal obrigação, a Companhia, logo após seu leilão de privatização, envidou esforços, sob o antigo modelo do setor elétrico, para ampliar seu parque gerador em 15% (quinze por cento), que representam 398 MW.

Entretanto, a partir de 2004, sobrevieram profundas mudanças no ambiente regulatório do setor elétrico brasileiro que tornaram inviável o cumprimento da obrigação de expansão. Tais mudanças, somadas a outros motivos alheios à vontade da Companhia, como as condições de fornecimento de gás natural, insuficiência de recursos hídricos e ações judiciais propostas pelo Ministério Público Estadual, impossibilitaram o cumprimento de tal obrigação.

Desde então, a Companhia vem diligenciando junto à Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, com o objetivo de rever a obrigação de expansão para readequá-la à nova realidade setorial/regulamentar.

Em 12 de agosto de 2011, foi distribuída Ação pelo Estado de São Paulo visando compelir a Companhia a cumprir com a obrigação de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em no mínimo 15% (quinze por cento) ou a pagar

Notas Explicativas

indenização por perdas e danos. Pela primeira instância foi concedida liminar determinando que a Companhia apresentasse, em até 60 dias, o seu plano para atendimento da obrigação de fazer compreendendo todos os aspectos necessários à sua plena consecução, sob pena de multa diária.

Em 06 de setembro de 2011, a Companhia foi citada na ação e cientificada oficialmente a respeito da liminar concedida. Em 11 de outubro de 2011, a Companhia foi intimada da decisão dos embargos de declaração, devendo observar o já referido prazo de 60 dias, contados a partir daquela data que se encerraria em 12 de dezembro de 2011. A Companhia apresentou em outubro de 2011 sua defesa bem como recurso contra a decisão que concedeu a liminar notificada.

Em 03 de novembro de 2011, entendendo que havia a necessidade de examinar se existem condições materiais para o cumprimento da obrigação, a 2ª instância suspendeu a liminar outrora concedida em favor do Estado de São Paulo até o julgamento do recurso apresentado pela Companhia em outubro de 2011.

Em 19 de março de 2012, o recurso apresentado foi julgado em desfavor da Companhia, determinando a apresentação do plano para atendimento da expansão de capacidade.

Em 26 de abril de 2012, a Companhia apresentou seu Plano de Expansão de Capacidade ao juízo de 1ª instância, que consiste no Projeto “Termo São Paulo”, para a implantação de uma termoeletrica a gás natural, com capacidade de geração aproximadamente de 503 MW.

Em 12 de setembro de 2012, foi proferida decisão em 1ª instância determinando que o Estado de São Paulo se manifestasse sobre o Plano de Expansão de Capacidade da Companhia.

Em 06 de dezembro de 2012, foi juntada no processo a manifestação do Estado de São Paulo sobre o Plano de Expansão de Capacidade apresentado pela Companhia (“Termo São Paulo”), com as alegações seguintes: (i) o plano apresentado é consistente; (ii) não existe garantia do fornecimento de gás natural da Petrobrás, o que prejudicaria a execução do plano; (iii) a usina termoeletrica não seria a única alternativa para cumprir a obrigação de expansão; (iv) mesmo que o gás seja fornecido pela Petrobrás, não há garantia de vitória no leilão (para a construção da usina) e tal fato (não vencer o leilão) não pode ser interpretado como uma justificativa para o não cumprimento da obrigação.

O juízo de 1ª instância determinou que a Companhia se manifestasse sobre os comentários do Estado de São Paulo acerca do plano, bem como que as partes informassem se havia interesse na realização de uma audiência de tentativa de conciliação. A Audiência de Conciliação foi realizada em 09 de outubro de 2013, tendo o juízo responsável pelo caso determinado a suspensão do processo, para que a Companhia estudasse alternativas para expandir sua capacidade de geração que não o plano de expansão anteriormente apresentado em juízo.

Em 13 de março de 2014, foi publicada determinação do juízo para que as partes informassem se houve uma conciliação, tendo tanto a Companhia, quanto o Estado de São Paulo, apresentado pedido de suspensão do processo por mais 60 dias, a fim de dar continuidade às negociações. Em 23 de maio de 2014, a Companhia

Notas Explicativas

apresentou um novo pedido de suspensão do processo por 90 dias, tendo em vista que as negociações com o Estado de São Paulo avançaram. Esse novo pedido foi apresentado antes de uma decisão relativa à suspensão de 60 dias anteriormente requerida por ambas as partes.

Em 14 de agosto de 2014, foi aceito pelo juízo o pedido de suspensão do processo por 90 dias. Em 17 de abril de 2015, após o juízo solicitar à Companhia e ao Estado de São Paulo a apresentação de uma manifestação acerca da conclusão do período de suspensão, a Companhia apresentou novo pedido de suspensão do processo por adicionais 90 dias, considerando que as negociações com o Estado de São Paulo avançaram positivamente.

Em 14 de julho de 2015, foi realizada audiência de conciliação, que restou infrutífera. Ambas as partes solicitaram a suspensão do processo por 30 dias, visando estudar opções para cumprimento da obrigação de expansão de capacidade. As partes solicitaram também a análise do requerimento de produção de provas, se houver, e o julgamento da ação. Assim, o juízo determinou a suspensão do processo até 14 de agosto de 2015. Em 20 de agosto de 2015, a Companhia apresentou petição informando que não foi obtido acordo, solicitando a produção de provas, especialmente pericial.

Por fim, é importante destacar que eventual atraso no cumprimento da obrigação de expansão, após a definição de seu prazo pelo juízo, poderá resultar em multa a ser solicitada pelo Governo do Estado. Entretanto, não há ainda a certeza que o Estado terá seu pedido atendido pelo Poder Judiciário. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, a chance de perda da ação é classificada como possível.

Novos projetos vinculados à obrigação de expansão

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia estuda a viabilidade de implantar uma termoeletrica a gás natural, com capacidade instalada líquida de aproximadamente 503 MW.

O empreendimento, localizado no município de Canas no Estado de São Paulo e denominado Termo São Paulo, tem sua Licença Ambiental Prévia em vigor e válida até outubro de 2016, tendo sido emitida no dia 20 de outubro de 2011 pela Companhia Estadual de Tecnologia de Saneamento Básico e Controle de Poluição das Águas – CETESB.

A Companhia segue buscando alternativas para o fornecimento de gás, incluindo a alternativa de compra de GNL no mercado internacional, para que desta forma esteja apta para participar de leilões de energia nova ao longo de 2016. A licença de instalação será solicitada quando da assinatura de um contrato de venda de energia pelo projeto.

Além do projeto supracitado, a Companhia adquiriu, em 27 de março de 2012, a opção de compra de um projeto de usina termelétrica, com capacidade instalada líquida de 579 MW, a ser instalada no município de Araraquara no Estado de São Paulo – Termo Araraquara. Com isso, foi garantida exclusividade para avaliação do projeto nos próximos anos e a possibilidade de adequá-lo aos padrões de desenvolvimento de negócios da Companhia.

Notas Explicativas

Caso os dois projetos sejam executados simultaneamente, a Companhia acredita que exista potencial de sinergia e redução de custos de construção e compra do gás. O desenvolvimento do projeto Termo Araraquara, assim como da Termo São Paulo, depende da obtenção de um contrato de fornecimento de gás. Até 31 de março de 2016, a Companhia não conseguiu firmar contrato de fornecimento de gás.

Adicionalmente, contribuem para o cumprimento da meta de Obrigação de Expansão a PCH São Joaquim 3 MW e a PCH São José 4 MW, além de dois contratos de longo prazo de compra de energia provenientes de biomassa de cana-de-açúcar, que totalizam 10 MW.

1.3 Dados sobre as subsidiárias cindidas

A Companhia apresenta a seguir dados das subsidiárias consolidadas até 31 de dezembro de 2015. Conforme mencionado anteriormente, após a efetivação da reorganização societária em 31 de dezembro de 2015, a Companhia deixou de possuir investimentos em outras sociedades (eventos de cisão e incorporação).

A AES Tietê não será demonstrada nos dados a seguir visto que a mesma foi incorporada pela Companhia, a qual assumiu as atividades então desenvolvidas pela incorporada.

Distribuição de energia

Eletropaulo – A Eletropaulo é uma companhia de capital aberto, de direito privado, com sede em Barueri, Estado de São Paulo, controlada diretamente pela AES Elpa, e está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Geração de energia

AES Uruguaiana – Companhia de capital fechado, de direito privado, sediada na cidade de Uruguaiana, à Rodovia BR 472, Km 576, Estado do Rio Grande do Sul, e tem por objeto social a produção e a comercialização de energia termoelétrica e as atividades relacionadas a esse objeto, tais como a instalação e implantação de projetos de produção independente de energia, a operação e manutenção de usinas termoelétricas, obras e edificações correlatas e a compra e importação de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A AES Uruguaiana está autorizada a funcionar como Produtora Independente de Energia Elétrica por meio da Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 180. A autorização tem prazo de 30 anos, contados a partir de 26 de junho de 1997.

Atualmente a AES Uruguaiana está com suas atividades paralisadas devido à falta de fornecimento de gás.

Notas Explicativas

Prestadora de serviços relacionados à distribuição de energia elétrica

AES Serviços – A receita da AES Serviços é principalmente atribuída à prestação de serviços relacionados à distribuição de energia elétrica. Os principais serviços realizados são com a Eletropaulo, dos quais vale destacar: (i) prestação de serviços técnicos comerciais de corte, religação, modificação, aferição, verificação e ligação de energia elétrica; (ii) prestação de serviços contínuos de construção (montagem e desmontagem), manutenção e reforma de redes e linhas aéreas de distribuição; (iii) prestação de serviços de operação de atendimento de lojas, para o recebimento de solicitações de serviços comerciais e técnicos, fornecimento de informações e atendimento de reclamações.

Holding

AES Elpa - Sociedade por ações de capital aberto e tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista, quotista ou membro de consórcio com sede em Barueri, Estado de São Paulo. A AES Elpa é a controladora da Eletropaulo.

2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis

Em 26 de abril de 2016, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes informações contábeis intermediárias, submetendo-as à aprovação do Conselho de Administração e à análise do Conselho Fiscal.

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas para o trimestre findo em 31 de março de 2016 de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. As informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2016 também estão de acordo com o IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitido pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

As informações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo e pela avaliação do ativo imobilizado ao seu custo atribuído (“*deemed cost*”), na data de transição em janeiro de 2009.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo deste documento podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Os dados quantitativos, tais como volumes e números de unidades consumidoras, não foram objeto de revisão dos auditores independentes.

Notas Explicativas

Reclassificação de saldos comparativos

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial, procedeu reclassificações no seu balanço patrimonial relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, originalmente autorizadas em 15 de fevereiro de 2016. As reclassificações efetuadas não alteraram o total do ativo, passivo e patrimônio líquido.

	Originalmente apresentado	Ref	Reclassificações	Reclassificado
<u>ATIVO</u>				
<u>CIRCULANTE</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	558		-	558
Investimentos de curto prazo	746.210		-	746.210
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	27.697		-	27.697
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	22.515		-	22.515
Outros tributos compensáveis	113.731		-	113.731
Devedores diversos	522	(a)	(522)	-
Contas a receber de partes relacionadas	271.814		-	271.814
Previdência privada - Ativo de benefício definido	207		-	207
Outros créditos	1.540	(a)	522	2.062
Despesas pagas antecipadamente	587		-	587
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	1.185.381		-	1.185.381
<u>ATIVO</u>				
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	13.075		-	13.075
Outros tributos compensáveis	789		-	789
Tributos a recuperar	179.860		-	179.860
Cauções e depósitos vinculados	37.008		-	37.008
Outros créditos	43		-	43
Imobilizado, líquido	3.145.358		-	3.145.358
Intangível	75.265		-	75.265
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.451.398		-	3.451.398
TOTAL DO ATIVO	4.636.779		-	4.636.779

Notas Explicativas

	Originalmente apresentado	Ref	Reclassificações	Reclassificado
<u>PASSIVO</u>				
<u>CIRCULANTE</u>				
Fornecedores	352.076			352.076
Debêntures	160.283		-	160.283
Arrendamento financeiro	314		-	314
Imposto de renda e contribuição social a pagar	300.700		-	300.700
Outros tributos a pagar	11.868		-	11.868
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	36.828		-	36.828
Obrigações estimadas	18.310	(b)	(18.310)	-
Obrigações sociais e trabalhistas	1.126	(b)	18.310	19.436
Provisões para processos judiciais e outros	14.090		-	14.090
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	10.014	(c)	(10.014)	-
Encargos Setoriais	-	(c) e (d)	10.527	10.527
Outras obrigações	10.324	(d)	(513)	9.811
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	915.933		-	915.933
<u>PASSIVO</u>				
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Debêntures	1.230.570		-	1.230.570
Arrendamento financeiro	491		-	491
Tributos e contribuições sociais diferidos	381.111		-	381.111
Provisões para processos judiciais e outros	76.823		-	76.823
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	9.591	(c)	(9.591)	-
Encargos setoriais	-	(c)	9.591	9.591
Obrigações estimadas	236	(b)	(236)	-
Obrigações sociais e trabalhistas	-	(b)	236	236
Outras obrigações	3.558		-	3.558
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.702.380		-	1.702.380
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>				
Capital social subscrito e integralizado	262.018		-	262.018
Reserva de capital	352.553		-	352.553
Reservas de lucros	480.788		-	480.788
- Legal	52.404		-	52.404
- Proposta de distribuição de dividendos adicionais	428.384		-	428.384
Ajustes de avaliação patrimonial	920.607		-	920.607
Outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial)	2.500		-	2.500
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.018.466		-	2.018.466
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.018.466		-	2.018.466
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.636.779		-	4.636.779

As naturezas das reclassificações realizadas encontram-se descritas a seguir:

Com o intuito de alinhar o critério de apresentação com as melhores práticas das empresas do setor elétrico, a seguintes reclassificações foram realizadas:

- (a) O saldo da rubrica de “Devedores diversos” para “Outros créditos”;
- (b) O saldo da rubrica “Obrigações estimadas” para “Obrigações sociais e trabalhistas”;
- (c) O saldo da rubrica “Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética” para a rubrica “Encargos setoriais”.
- (d) O valor referente a taxa de fiscalização ANEEL foi reclassificado de “Outras obrigações” para “Encargos setoriais”.

As reclassificações patrimoniais descritas acima também foram refletidas na demonstração do fluxo de caixa como variações nos ativos e passivos.

Notas Explicativas

2.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data base dos balanços.

3 Políticas contábeis e estimativas

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas, julgamentos e estimativas contábeis descritos nas notas explicativas 4.1 a 4.18 divulgadas nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

4 Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

<u>Caixa e Equivalentes de caixa</u>	31.03.2016	31.12.2015
Numerário disponível	545	558
Subtotal	545	558
<u>Investimentos de curto prazo</u>	31.03.2016	31.12.2015
CDB-DI	713.187	117.851
Operação compromissada	-	605.242
Fundo de investimento	20.489	23.117
Subtotal	733.676	746.210
Total	734.221	746.768

O saldo de aplicações financeiras em 31 de março de 2016 está representado por operações de CDB e fundo de investimentos com liquidez diária e com rentabilidade média no período findo em 31 de março de 2016 de 97,14% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (99,54% no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas

5 Consumidores e revendedores

	31.03.2016	31.12.2015
<u>Circulante</u>		
Contratos bilaterais	125.535	18.932
Leilão	5.349	-
Mercado de curto prazo	23.204	8.765
Subtotal	154.088	27.697
<u>Não Circulante</u>		
Energia livre ⁽ⁱ⁾	13.075	13.075
Subtotal	13.075	13.075
Total	167.163	40.772

	Saldos vencidos			
	Saldos vincendos	até 90 dias	mais de 90 dias	Total
<u>Circulante</u>				
Contratos bilaterais	119.886	5.649	-	125.535
Leilão	4.288	1.061	-	5.349
Mercado de curto prazo	23.204	-	-	23.204
Total	147.378	6.710	-	154.088

- (i) A Resolução Normativa nº 387, de 15 de dezembro de 2009 da ANEEL, estabeleceu uma nova metodologia de cálculo dos saldos de Energia Livre e da Perda de Receita, para o período posterior ao encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE nas tarifas de fornecimento.

Os recebimentos e pagamentos referentes à energia livre estão condicionados à decisão no final do mandado de segurança impetrado pela ABRADÉE, na qualidade de representante de suas associadas, contra os despachos ANEEL nº 2.517/10 e nº 1.068/11, alegando que os mesmos afetam prejudicialmente toda a sistemática originalmente estabelecida na Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) entre geradoras e distribuidoras de energia elétrica.

As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

As garantias sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo são determinadas de acordo com as regras de mercado estabelecidas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e ANEEL, respectivamente. A Companhia não requer garantias adicionais sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo, bem como, sobre os valores a receber relacionadas à energia livre.

Após o vencimento, há a incidência multa de 2% sobre o valor das faturas em atraso, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA ou IGPM (dependendo do tipo de contrato) desde a referida data de vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo que sobre o valor total incidirão juros de 1% ao mês.

Notas Explicativas

6 Tributos e contribuições sociais compensáveis

6.1 Imposto de renda e contribuição social compensáveis

	31.03.2016	31.12.2015
CIRCULANTE		
Contribuição social	5.939	3
Imposto de renda	4.631	2.004
Imposto de renda retido na fonte	17.375	20.508
Total	27.945	22.515

6.2 Outros tributos compensáveis

	31.03.2016	31.12.2015
CIRCULANTE		
PIS	14.076	20.343
COFINS	64.149	93.268
Outros	3	120
Subtotal	78.228	113.731
NÃO CIRCULANTE		
ICMS	789	789
Subtotal	789	789
Total	79.017	114.520

7 Tributos e contribuições sociais diferidos

7.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

	Balanco Patrimonial		Resultado		Individual	Consolidado
	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.03.2015	31.03.2015	31.03.2015
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:						
Provisão para participação nos lucros e resultados	2.845	2.191	654	-	-	(1.452)
Provisão para processos fiscais	1.111	1.089	22	-	-	19
Provisão para processos trabalhistas	2.332	2.335	(3)	-	-	74
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	2.027	2.027	-	-	-	-
Provisão para processos cíveis	11.830	11.471	359	-	-	203
Provisão para fornecedores de materiais e serviços	11.886	9.403	2.483	-	-	(1.243)
Provisões de meio ambiente	3.735	3.627	108	-	-	66
Ativo imobilizado - custo atribuído	(466.566)	(474.252)	7.686	-	-	8.165
Ativo intangível - uso do bem público	(12.580)	(12.805)	225	-	-	226
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	78.774	92.055	(13.281)	-	-	-
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	(1.288)	(1.288)	-	-	-	-
Outras	(17.812)	(16.964)	(847)	(205)	(205)	(771)
Passivo fiscal diferido, líquido	(383.704)	(381.111)	(2.594)	(205)	(205)	5.287
Benefício fiscal gerado pela incorporação do ágio - nota nº 8			(5.049)	-	-	(2.161)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos			(7.643)	(205)	(205)	3.126
Tributos diferidos ativos	118.834	129.960				
Tributos diferidos passivos	(502.538)	(511.071)				
Ativo (Passivo) fiscal diferido, líquido	(383.704)	(381.111)				

A Companhia estima que os saldos em 31 de março de 2016, referentes aos impostos diferidos ativos, serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros pelo prazo da concessão, que se encerra em 2029.

Notas Explicativas

8 Tributos a recuperar - ativo não circulante

Os tributos a recuperar classificados no ativo não circulante referem-se aos benefícios fiscais gerados pelas incorporações do ágio da controladora AES Gás Ltda., da AES Tietê Participações S.A. e da AES Brazilian Energy Holdings e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM 319/99 e 349/01.

Os ágios e as correspondentes provisões são amortizados pelo prazo de concessão da Companhia, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para reserva especial de ágio, no patrimônio líquido, e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, no resultado do período. Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os saldos estavam assim representados:

	31.03.2016			31.12.2015
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
<u>AES Brazilian Energy Holdings Ltda</u>				
Saldos oriundos da incorporação	319.564	(210.912)	108.652	108.652
Amortização acumulada	(7.668)	5.920	(1.748)	-
Subtotal	311.896	(204.992)	106.904	108.652
<u>AES Gás Ltda.</u>				
Saldos oriundos da incorporação	808.304	(541.564)	266.740	266.740
Amortização acumulada	(623.010)	416.066	(206.944)	(203.882)
Subtotal	185.294	(125.498)	59.796	62.858
<u>AES Tietê Participações S.A.</u>				
Saldos oriundos da incorporação	82.420	(54.397)	28.023	28.023
Amortização acumulada	(58.557)	38.645	(19.912)	(19.673)
Subtotal	23.863	(15.752)	8.111	8.350
Saldo em 31 de março de 2016	521.053	(346.242)	174.811	179.860

O benefício fiscal é apurado pela Companhia anualmente. Até 31 de dezembro de 2015, o montante já utilizado e disponível para capitalização em favor de sua controladora AES Holdings Brasil Ltda e da BNDESPAR é de R\$150.574.

Segue abaixo a movimentação dos tributos a recuperar:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	179.860
Amortização	(15.049)
Reversão	10.000
Saldo em 31 de março de 2016	174.811

Notas Explicativas

9 Imobilizado

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Taxas médias anuais de depreciação (%) (*)	31.03.2016			31.12.2015
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	-	410.783	-	410.783	410.783
Reservatórios, barragens e adutoras	3,3%	2.882.198	(1.694.216)	1.187.982	1.210.757
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,3%	651.412	(443.439)	207.973	211.067
Máquinas e equipamentos	3,4%	1.800.620	(652.223)	1.148.397	1.150.102
Veículos	13,6%	8.502	(4.675)	3.827	4.032
Móveis e utensílios e outros	6,5%	4.949	(3.264)	1.685	1.747
Imobilizado em serviço		5.758.464	(2.797.817)	2.960.647	2.988.488
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos (terrenos)		(3.000)		(3.000)	(3.000)
Imobilizado em curso ^(I)		180.389		180.389	161.789
Obrigações especiais		(4.781)	-	(4.781)	(4.781)
Imóveis destinados a uso futuro		2.099	-	2.099	2.099
Bens vinculados à concessão		5.933.171	(2.797.817)	3.135.354	3.144.595
Equipamentos de informática (Arrendamento financeiro)	25,0%	1.752	(1.062)	690	763
Total Imobilizado		5.934.923	(2.798.879)	3.136.044	3.145.358

(I) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, por gastos com a modernização em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem e/ou retornarem para suas operações.

(*) A taxa média é calculada considerando o saldo inicial, as adições e as baixas realizadas durante o trimestre.

Notas Explicativas

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado no trimestre findo em 31 de março de 2016 é como segue:

	Terrenos (*)	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	Em curso	Obrigações especiais e imóveis destinados a uso futuro	Subtotal	Depreciação	Total líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2015	407.783	2.881.635	651.069	1.788.812	8.456	6.701	161.789	(2.682)	5.903.563	(2.758.205)	3.145.358
Adições	-	-	-	-	-	-	31.360	-	31.360	(40.674)	(9.314)
Transferências	-	563	343	11.808	46	-	(12.760)	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2016	407.783	2.882.198	651.412	1.800.620	8.502	6.701	180.389	(2.682)	5.934.923	(2.798.879)	3.136.044

(*) Saldo líquido da provisão para redução ao provável valor de realização do ativo.

Notas Explicativas

(c) Dos bens vinculados à concessão

Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia são vinculados à concessão e não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

O saldo dos bens vinculados à concessão é de R\$3.135.354 em 31 de março de 2016 (R\$3.144.595 em 31 de dezembro de 2015).

(d) Obrigações especiais (valor originário da cisão da CESP)

Referem-se às contribuições recebidas do consumidor para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, e sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

(e) Características do contrato de concessão

Em 20 de dezembro de 1999, foi firmado o contrato de concessão nº 92/99 (ANEEL – Tietê) com o objeto da produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente, por meio das centrais geradoras descritas na nota explicativa nº 1 e das instalações de transmissão de interesse restrito a essas centrais geradoras.

O prazo de vigência do contrato é de 30 anos, contado a partir da data de sua assinatura, o qual poderá ser prorrogado mediante requerimento que deve ser apresentado 36 meses antes do término do prazo do contrato. A ANEEL deverá se manifestar sobre o requerimento da prorrogação até o 18º mês anterior ao término do prazo da concessão. O deferimento do requerimento levará em consideração o cumprimento dos requisitos de exploração adequada.

O contrato de concessão estabelece que a energia elétrica seja comercializada pela Concessionária tendo em vista sua condição de Produtor Independente, observadas as condições estabelecidas no contrato de concessão e na legislação específica.

O contrato de concessão estabeleceu encargos relacionados ao cumprimento dos termos do contrato; do Edital de Privatização; da legislação sobre a exploração de potenciais hidráulicos; à manutenção das operações; dos equipamentos das usinas e de pessoal técnico apropriado; bem como observar as regulamentações setoriais, ambientais (obrigação de reflorestamento, preservação das margens, povoamento de peixes, entre outros) e a legislação vigente aplicáveis à Companhia de modo a assegurar a continuidade, regularidade e eficiência da exploração dos aproveitamentos hidrelétricos.

A subcláusula 2ª da cláusula 11 do contrato de concessão estabelece que no advento do termo final do contrato, os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidrelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Notas Explicativas

Em 23 de março de 2016, foi firmado do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 92/1999 que tem por objetivo formalizar a transferência do Contrato de Concessão nº 92/1999-ANEEL para a AES Tietê Energia S.A., atual denominação da Companhia Brasileira de Energia, nos termos da Resolução Autorizativa nº 5.433, de 25 de agosto de 2015.

10 Intangível

A composição da conta intangível é a seguinte:

	31.03.2016	31.12.2015
<u>Uso do bem público</u>		
Custo	73.174	73.174
Amortização acumulada	(36.175)	(35.511)
Total do ativo intangível - uso do bem público	36.999	37.663
<u>Outros ativos intangíveis (*)</u>		
Custo	54.422	54.283
Amortização acumulada	(18.107)	(16.681)
Total dos outros intangíveis	36.315	37.602
Total intangível	73.314	75.265

(*) Refere-se basicamente a softwares, que possuem taxa média de amortização de 20%.

O uso do bem público (UBP) foi pago pela incorporada AES Tietê no período de 2000 a 2004. Os valores pagos foram registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão.

A movimentação do intangível no trimestre findo em 31 de março de 2016 é como segue:

	Uso do Bem Público	Outros ativos intangíveis		Total
		Em curso	Em serviço	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	37.663	15.806	21.796	75.265
Adição	-	139	-	139
Amortização	(664)	-	(1.426)	(2.090)
Saldo em 31 de março de 2016	36.999	15.945	20.370	73.314

11 Fornecedores

A composição da conta de fornecedores é a seguinte:

	31.03.2016	31.12.2015
CIRCULANTE		
Energia de curto prazo e energia livre ⁽ⁱ⁾	292.985	297.856
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST	8.627	6.575
Encargo de uso do Sistema de Distribuição para as geradoras - TUSDg	2.246	2.255
Subtotal	303.858	306.686
Materiais e Serviços	27.928	45.337
Materiais e Serviços - partes relacionadas - nota nº 23	276	53
Total	332.062	352.076

Notas Explicativas

- (i) Conforme nota explicativa nº 25.4 (c.2), o valor estimado a pagar em 31 de março de 2016 referente à liminar obtida na discussão do rebaixamento é de R\$244.188 (R\$208.175 em 31 de dezembro de 2015). Contudo, como a discussão encontra-se em andamento, a Companhia não reconheceu este ganho em seu resultado, sendo o valor em discussão registrado como obrigação na rubrica Fornecedores.

Em 31 de março de 2016, a Companhia contratou 5 cartas de fiança no valor de R\$113.112 e 2 seguros garantia no valor de R\$1.125, totalizando uma importância segurada de R\$114.237, com custo de 0,28% a 3,50% a.a. Os valores referentes às garantias estão registrados como despesas pagas antecipadamente. Estas garantias têm como objetivo principal de cumprir exigências de compra de energia elétrica, principalmente no MRE e mercado de curto prazo (SPOT).

12 Tributos e contribuições sociais a pagar

12.1 Imposto de renda e contribuição social a pagar

CIRCULANTE	31.03.2016	31.12.2015
Federais		
Imposto de renda	22.567	227.141
Contribuição social	8.217	73.559
Total	30.784	300.700

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimento por estimativa mensal, com o ajuste anual em dezembro de cada ano calendário. Os valores de imposto de renda e contribuição social a recolher por estimativa e ajuste anual devem ser recolhidos no último dia útil do mês subsequente ao período de apuração e poderão ser deduzidos de impostos retidos na fonte de mesma natureza, dentro do mesmo ano calendário.

12.2 Outros tributos a pagar

CIRCULANTE	31.03.2016	31.12.2015
Federais		
PIS	-	1.336
COFINS	-	6.166
IRRF a recolher	51	213
FGTS	284	479
INSS	1.839	1.896
Outros	321	1.010
	2.495	11.100
Estaduais		
ICMS	-	240
	-	240
Municipais		
ISS	279	528
	279	528
Total	2.774	11.868

Notas Explicativas

A Companhia está discutindo judicialmente os efeitos do Decreto 8.426/15 que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1 de julho de 2015, até que seja proferida decisão de mérito sobre a ação. Enquanto não há decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, a Companhia vem compensando estes débitos com seus créditos de tributos federais, os quais estima recuperar até 2023, quando da decisão final da ação. Caso a Companhia tenha decisão final favorável, os créditos compensados serão devolvidos. As compensações, efetuadas até 31 de março de 2016, somam R\$3.174 e referem-se às competências de julho de 2015 e março de 2016. Os valores estão registrados como redutora das receitas financeiras.

13 Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro

13.1 Os saldos de debêntures não conversíveis, empréstimos e financiamentos e arrendamento financeiro são compostos da seguinte forma:

			31.03.2016							
Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	Taxa Efetiva ⁽¹⁾	Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Debêntures										
Debêntures - 2ª Emissão (a) - Tietê	2019	CDI+1,50	26.419	-	(2.902)	23.517	498.000	(3.633)	494.367	517.884
Debêntures - 3ª Emissão (b) - Tietê	2020	114,61% do CDI	1.194	-	(1.420)	(226)	300.000	(3.457)	296.543	296.317
Debêntures - 4ª Emissão (1ª Série) (c) - Tietê	2016	CDI + 1,99%	6.093	143.500	(438)	149.155	-	-	-	149.155
Debêntures - 4ª Emissão (2ª Série) (c) - Tietê	2018	CDI + 2,35%	6.573	-	(231)	6.342	148.742	(334)	148.408	154.750
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série) (c) - Tietê	2020	IPCA + 9,91%	7.213	-	(2.837)	4.376	312.556	(13.200)	299.356	303.732
Subtotal			47.492	143.500	(7.828)	183.164	1.259.298	(20.624)	1.238.674	1.421.838
Arrendamento financeiro										
Arrendamento financeiro (d)		8,49 a 15,64		297		297	435		435	732
Subtotal			-	297	-	297	435	-	435	732
Total da dívida			47.492	143.797	(7.828)	183.461	1.259.733	(20.624)	1.239.109	1.422.570

			31.12.2015							
Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	Taxa Efetiva ⁽¹⁾	Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Debêntures										
Debêntures - 2ª Emissão (a) - Tietê	2019	CDI+1,50	8.940	-	(2.754)	6.186	498.000	(4.324)	493.676	499.862
Debêntures - 3ª Emissão (b) - Tietê	2020	114,61% do CDI	12.162	-	(1.307)	10.855	300.000	(3.706)	296.294	307.149
Debêntures - 4ª Emissão (1ª Série) (c) - Tietê	2016	CDI + 1,99%	843	143.500	(576)	143.767	-	-	-	143.767
Debêntures - 4ª Emissão (2ª Série) (c) - Tietê	2018	CDI + 2,35%	909	-	(222)	687	148.742	(391)	148.351	149.038
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série) (c) - Tietê	2020	IPCA + 9,91%	977	-	(2.189)	(1.212)	303.205	(10.956)	292.249	291.037
Subtotal			23.831	143.500	(7.048)	160.283	1.249.947	(19.377)	1.230.570	1.390.853
Arrendamento financeiro										
Arrendamento financeiro (d)		8,49 a 15,64	-	314	-	314	491	-	491	805
Subtotal			-	314	-	314	491	-	491	805
Total da dívida			23.831	143.814	(7.048)	160.597	1.250.438	(19.377)	1.231.061	1.391.658

- (i) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

Notas Explicativas

13.2 A movimentação das debêntures, empréstimos e financiamentos e arrendamento financeiro é como segue:

Moeda nacional	Saldo Inicial	Encargos financeiros	Variação monetária	Pagamentos	Diferimento Custos de Transação	Amortização Custos de Transação	Outros	Saldo Final
Instituições Financeiras / Credores	31.12.2015							31.03.2016
Debêntures								
Debêntures - 2ª Emissão	499.862	17.481	-	-	(107)	648	-	517.884
Debêntures - 3ª Emissão	307.149	10.910	-	(21.878)	(170)	306	-	296.317
Debêntures - 4ª Emissão	583.842	17.149	9.351	-	(3.559)	854	-	607.637
Subtotal	1.390.853	45.540	9.351	(21.878)	(3.836)	1.808	-	1.421.838
Arrendamento financeiro								
Arrendamento financeiro	805	18	-	-	-	-	(91)	732
	805	18	-	-	-	-	(91)	732
Total	1.391.658	45.558	9.351	(21.878)	(3.836)	1.808	(91)	1.422.570

13.3 As principais características dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos e arrendamento financeiro estão descritas a seguir:

- (a) Debêntures – 2ª emissão: R\$498.000 em debêntures, ocorrida em 15 de maio de 2013, no mercado local, com prazo final em maio de 2019.

Taxa contratual	Pagamentos de juros	Amortização	Vencimento
		165.983	Maio de 2017
CDI + 0,79%	Semestrais	Anual	165.983
		166.034	Maio de 2019

As debêntures emitidas são simples, não conversíveis em ações e de espécie quirografária. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos obtidos por meio da 2ª Emissão de Debêntures foram destinados integralmente ao pré-pagamento da 1ª emissão de notas promissórias da Companhia (“Notas Comerciais”), no valor de R\$503.957, com o consequente cancelamento de tais Notas Comerciais.

- (b) Debêntures – 3ª emissão: R\$300.000 em debêntures, ocorrida em 20 de março de 2014, no mercado local, com prazo final em março de 2020.

Taxa contratual	Pagamentos de juros	Amortização	Vencimento
		99.990	Março de 2018
108,20% do CDI	Semestrais	Anual	99.990
		100.020	Março de 2020

As debêntures emitidas são simples, não conversíveis em ações e de espécie quirografária. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos líquidos obtidos por meio da 3ª Emissão de Debêntures foram utilizados para amortização da segunda parcela da 1ª emissão de debêntures da Companhia.

Notas Explicativas

- (c) Debêntures – 4ª emissão: R\$594.000 em debêntures, ocorrida em 15 de dezembro de 2015, no mercado local e em 3 séries, com vencimentos até dezembro de 2020.

	Taxa contratual	Pagamentos de juros	Amortização	Vencimento
(1ª série)	CDI + 1,55%	Semestrais	Única	143.500
(2ª série)	CDI + 2,15%	Semestrais	Anual	74.371
				74.371
(3ª série)	IPCA + 8,43%	Semestrais	Única	303.205

As debêntures emitidas são simples, não conversíveis em ações e de espécie quirografária.

Os recursos captados com a emissão da 1ª e 2ª série, no valor total de R\$292.242, foram utilizados para a liquidação do saldo da dívida da 2ª Nota promissória com vencimento conforme prazo em 17 de dezembro de 2015.

Os recursos captados com a emissão da 3ª série, no valor de R\$301.758, foram destinados ao custeio de despesas já incorridas com a finalidade de modernizar e/ou recapacitar os equipamentos das usinas: Água Vermelha, Barra Bonita, Bariri, Caconde, Euclides da Cunha, Ibitinga, Nova Avanhandava e Promissão. Para esta série, o saldo devedor será corrigido monetariamente pelo IPCA em uma base diária, sendo este montante incorporado ao saldo da dívida. Dessa forma, até 31 de março de 2016, o saldo atualizado de principal era de R\$312.556 (R\$303.205 em 31 de dezembro de 2015).

- (d) Arrendamento financeiro – Referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática e não contêm cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que imponham restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros.

O saldo do arrendamento financeiro, em 31 de março de 2016, registrado pela Companhia era de R\$731 no passivo e R\$690 no ativo (R\$805 no passivo e R\$763 no ativo em 31 de dezembro de 2015).

A garantia do arrendamento financeiro é o valor residual dos ativos, no montante de R\$690 em 31 de março de 2016 (R\$763 em 31 de dezembro de 2015).

13.4 Em 31 de março de 2016, as parcelas relativas ao principal das debêntures, arrendamento financeiro e custos a amortizar, atualmente classificadas no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	Debêntures	Arrendamento financeiro	Custos a amortizar	Total
	R\$	R\$	R\$	R\$
2017	240.354	186	(5.313)	235.227
2018	340.354	198	(6.279)	334.273
2019	266.034	51	(4.964)	261.121
2020	412.556	-	(4.068)	408.488
	1.259.298	435	(20.624)	1.239.109

Notas Explicativas

13.5 Os indexadores utilizados para atualização das debêntures são o CDI e IPCA, conforme demonstrado abaixo:

	31.03.2016	31.12.2015
CDI (i)	14,13%	14,14%
IPCA (ii)	10,67%	10,67%

(i) Índice do último dia útil do período

(ii) Índice acumulado nos últimos 12 meses

13.6 Compromissos financeiros – “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros são utilizados *covenants* financeiros nos contratos das debêntures.

Conforme definido nos contratos, a Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

- (i) Capacidade de endividamento (endividamento líquido): mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado ^(*) dos últimos 12 meses. Este índice deve ser inferior a 3,5 vezes. Em 31 de março de 2016 este índice era de 0,6 vezes;
- (ii) Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses. Este índice deve ser superior a 1,75 vezes. Em 31 de março de 2016 este índice era de 5,3 vezes.

A não observância dos índices mencionados anteriormente, verificados trimestralmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

Em 31 de março de 2016, estes índices estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia.

A Companhia também acompanha outros *covenants* qualitativos, os quais em 31 de março de 2016 foram atendidos.

^(*) EBITDA ajustado – significa o somatório dos últimos doze meses (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil da Emissora na linha “Resultado Antes dos tributos” (excluindo as receitas e despesas financeiras); (ii) todos os montantes de depreciação e amortização; e (iii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada.

Notas Explicativas

14 Obrigações sociais e trabalhistas

	31.03.2016	Reclassificado 31.12.2015
Folha de pagamento	827	1.126
Férias	6.421	6.917
Provisão - 13º salário	865	-
Encargos sociais sobre férias e gratificações	2.731	2.478
Participação nos lucros e resultados	8.369	6.444
Bônus	2.717	2.471
Total Circulante	21.930	19.436
Bônus	259	236
Total Não Circulante	259	236

15 Obrigações com entidade de previdência privada

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex empregados e respectivos beneficiários. A FUNCESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

A Companhia, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o *déficit* técnico atuarial e diminuir o risco de futuros *déficits*.

O custeio do plano para a parcela de benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados. As taxas de custeio do benefício definido são reavaliadas periodicamente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao modelo implementado no momento da privatização da Companhia, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do plano.

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado, especificamente um aumento nas taxas de juros. Em 31 de março de 2016, a Companhia não verificou nenhuma alteração significativa de mercado que requeresse uma atualização da avaliação atuarial realizada em 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

A movimentação contábil do ativo registrado é como segue:

	31.03.2016
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(207)
Despesa do exercício conforme laudo atuarial	190
Pagamentos de contribuições	(424)
Saldo em 31 de março de 2016	(441)

As despesas reconhecidas no período foram as seguintes:

	Individual	Consolidado
31.03.2016	31.03.2015	31.03.2015
Custo dos serviços correntes	-	478
Custo dos juros	-	7.384
Rendimento esperado dos ativos do plano	-	(7.421)
Total das despesas benefício definido	-	441
Outras contribuições	-	169
Total da despesa no período	-	610

15.1 Contratos com a FUNCESP

Quando da sua privatização, a Companhia assumiu a cobertura do déficit atuarial do plano de previdência privada vigente até aquele momento, referente aos benefícios de aposentados e pensionistas e a garantia aos empregados ativos de um benefício, na data de sua aposentadoria, proporcional ao serviço passado. Para financiar esse déficit atuarial, em 25 de novembro de 1997, a Companhia firmou um contrato de confissão de dívida com a FUNCESP com vencimento em setembro de 2027. No final de cada exercício é feita uma avaliação atuarial e eventuais déficits ou superávits do plano apurados a cada avaliação são acrescidos ou subtraídos do saldo do contrato, promovendo um recálculo das parcelas remanescentes. Ao longo dos anos, sucessivos superávits foram reduzindo o saldo do contrato, de modo que desde 31 de dezembro de 2009, o saldo da dívida estava integralmente compensado com o ganho atuarial. Contudo, a avaliação atuarial da FUNCESP indicou um déficit de R\$23.535 em 31 de dezembro de 2015. Desta forma, patrocinadora e participantes passaram a efetuar contribuições extraordinárias. Do saldo total apurado de déficit, somente R\$14.002 está sujeito ao equacionamento através de contribuições extraordinárias por parte da patrocinadora e dos participantes, de acordo com o previsto na resolução CNPC nº 22 de novembro de 2015.

A contribuição extraordinária é calculada considerando a duração média do passivo estimada pela FUNCESP em 18 anos, atualizada anualmente pela variação do IGP-DI e pelos ganhos e perdas atuariais.

Vale ressaltar que existem duas formas de apuração de resultados desse plano: a que a Companhia calcula para atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012 e a calculada pelo administrador do plano (FUNCESP) para fins de atendimento às Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC. Os números são diferentes, pois os cálculos seguem metodologias e premissas distintas. Enquanto que no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, de acordo com estudo atuarial da Companhia, foi constatado um superávit, por outro lado, na avaliação atuarial da FUNCESP, para fins de atendimento às resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, o resultado apurado foi de déficit.

Notas Explicativas

16 Provisões para processos judiciais e outros

16.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos cauções e depósitos vinculados estão compostos da seguinte forma:

	Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015
Trabalhista (a)	6.859	6.867	3.454	3.173
Perda no repasse da energia de Itaipu (b)	29.836	34.378	-	-
Meio ambiente (c)	10.986	10.667	-	-
Despacho 288 (d)	32.204	31.282	-	-
Processos cíveis	2.591	2.457	-	-
Compensações IRPJ e CSLL - (e)	5.325	5.259	-	-
Processos fiscais - outros	3	3	3	2
Total	87.804	90.913	3.457	3.175
Circulante	15.702	14.090		
Não Circulante	72.102	76.823		
Total	87.804	90.913		

O total de cauções e depósitos vinculados em 31 de março de 2016 no montante de R\$37.829 (R\$37.008 em 31 de dezembro de 2015), de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

	Cauções e Depósitos Vinculados	
	31.03.2016	31.12.2015
Processos prováveis	3.457	3.175
Processos possíveis	33.453	32.971
Processos remotos	919	862
	37.829	37.008

A movimentação das provisões para processos judiciais e outros é como segue:

	31.12.2015	Provisão	Atualização monetária / cambial	Reversão de provisão	Pagamentos	31.03.2016
Trabalhista	6.867	448	249	(17)	(688)	6.859
Perda no repasse da energia de Itaipu	34.378	-	(4.542)	-	-	29.836
Meio ambiente	10.667	48	271	-	-	10.986
Despacho 288	31.282	-	922	-	-	32.204
Processos cíveis	2.457	-	134	-	-	2.591
Compensações IRPJ e CSLL	5.259	-	66	-	-	5.325
Processos fiscais - outros	3	-	-	-	-	3
Total	90.913	496	(2.900)	(17)	(688)	87.804
Circulante	14.090					15.702
Não circulante	76.823					72.102
Total	90.913					87.804

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir podem não ser precisamente realizadas devido ao andamento futuro dos processos.

- (a) A Companhia é demandada por empregados e ex empregados próprios e terceirizados em cerca 169 processos pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade entre outros. Os valores dos depósitos judiciais relativos às reclamações trabalhistas são decorrentes de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário, adicionados aos depósitos consignados para garantia do processo.

Notas Explicativas

Dos processos provisionados, destaca-se 1 (uma) Ação Civil Pública (“ACP”) que visa a observância da jornada de trabalho legal, descanso semanal remunerado, fornecimento e orientação de EPIs e pagamento de danos morais aos colaboradores da Companhia. Em 11 de abril de 2012, a Companhia foi condenada ao pagamento de indenização por danos morais arbitrada em R\$200. Em sede de recurso, este valor foi majorado para R\$500. Em janeiro de 2015 foi publicado acórdão de recurso de revista, ao qual foi negado seguimento. Em 31 de março de 2016 a ação está em fase recursal, sob análise de viabilidade e tem valor provisionado atualizado de R\$809 (R\$ 797 em 31 de dezembro de 2015).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2018.

- (b) Em 23 de janeiro de 2003, foi obtida liminar assegurando o direito da Companhia não efetuar a compra de energia elétrica proveniente de Itaipu. Essa liminar foi cassada em 26 de junho de 2003 e restabelecida em 30 de junho de 2003. Em 1 de outubro de 2004, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a liminar. Em 5 de outubro de 2004, a Companhia protocolou um agravo regimental contestando a decisão do órgão de suspender a liminar. Com base neste agravo regimental, foi estabelecido o efeito “ex nunc” da decisão, ou seja, a suspensão da liminar só valeria para o futuro. Nesse sentido, os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida foram conservados para o período de janeiro de 2003 a setembro de 2004. Em 17 de agosto de 2007 foi proferida sentença de procedência dos pedidos formulados pela Companhia. Em 17 de outubro de 2007 foi interposta apelação pela Eletrobrás e em 26 de novembro de 2007 foi interposta apelação pela ANEEL. Atualmente a Companhia aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Considerando que não há decisão definitiva desse processo, a Administração da Companhia decidiu manter o saldo dessa provisão atualizado pela variação cambial, em 31 de março de 2016, no montante de R\$29.836 (R\$34.378 em 31 de dezembro de 2015). A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até 2018.
- (c) A Companhia possui provisões relacionadas a meio ambiente conforme detalhadas a seguir:
 - (c.1) Existem 337 processos de ações civis públicas sobre supostos danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente envolvendo a Companhia no pólo passivo. O ajuizamento em face da Companhia se deu em razão de parte das ocupações irregulares estarem parcial ou integralmente situadas em áreas de preservação ambiental dentro da área de concessão. O pedido principal dessas ações é a recuperação da área eventualmente degradada e, caso a recuperação não seja possível, a recomposição se daria mediante indenização. Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram a probabilidade de perda como provável para as medidas de recuperação ambiental dentro da área de concessão para 297 demandas, já que as demais 40 ações tiveram julgamentos favoráveis à Companhia e possuem recursos pendentes. O valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia estimada de R\$1.984 (R\$ 1.937 em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas

(c.2) Em 05 de outubro de 2006, para atendimento aos requisitos de licenciamento ambiental da PCH Mogi-Guaçu, foi firmado com a SMA o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (“TCCA”) no valor de R\$600. Nesse Termo, a Companhia se compromete a aplicar o montante para a elaboração do plano de manejo integrado das unidades de conservação (i) Estação Ecológica Mogi-Guaçu e (ii) Reserva Biológica Mogi-Guaçu, sob a coordenação do Instituto Florestal e Instituto de Botânica. O valor está depositado em conta-poupança da Companhia e os pagamentos são realizados conforme solicitação dos Institutos. Já foram gastos R\$283, porém, considerando o rendimento da poupança, a Companhia mantém provisionado em 31 de março de 2016 o montante de R\$622 (R\$612 até 31 de dezembro de 2015). Importante ressaltar que, no momento, para a utilização do saldo, a Companhia aguarda apenas a demanda dos Institutos. Desde setembro de 2013, as unidades não solicitam desembolsos, pois aguardam a aprovação do Plano de Manejo pelo Conselho Estadual do Ambiente – CONSEMA, antes de qualquer solicitação à Companhia. Sem essa aprovação a Companhia permanecerá sem realizar desembolsos.

(c.3) Em 2002, a Companhia celebrou um convênio (“Termo de Compromisso de Compensação Ambiental” ou “TCCA”) com o IBAMA (atualmente, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio) para atendimento aos requisitos de licenciamento ambiental (“Compensação Ambiental”) das usinas Água Vermelha, Caconde, Limoeiro, Euclides da Cunha, Promissão, Ibitinga, Bariri e Barra Bonita. Nesse Termo de Compromisso, a Companhia se compromete a aplicar as respectivas compensações ambientais em quatro unidades de conservação no montante original de R\$4.402, sendo já realizados pagamentos no montante de R\$1.232, conforme solicitação das unidades de conservação. O saldo remanescente corrigido e provisionado até 31 de março de 2016 corresponde a R\$8.380 (R\$8.118 até 31 de dezembro de 2015). O último desembolso foi feito pela Companhia em 2012, quando restaram apenas obrigações relativas a regularização fundiária das unidades de conservação. Atualmente a Companhia está em tratativas com ICMBio e IBAMA, para a assinatura de novo Termo de Compromisso que permita o pagamento do saldo remanescente integralmente ao ICMBio, sem que seja necessário aguardar a solicitação das unidades de conservação.

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2023.

(d) Em 16 de maio de 2002, a ANEEL publicou o Despacho ANEEL nº 288, que introduziu alterações em certas regras de comercialização do então existente Mercado Atacadista de Energia - MAE, e por isso, determinou o refazimento dos números obtidos pelo MAE na data de 13 de março de 2002, os quais reconheciam a Companhia como devedora no mercado de curto prazo. Aplicando-se as diretrizes de tal Despacho, a Companhia teria sua posição alterada no mercado, passando de devedora a credora. Todavia, a AES Sul, sociedade sob controle comum à Companhia, e que foi o principal agente do mercado alcançado pelos efeitos das alterações instituídas pelo Despacho ANEEL nº 288, pois passou de credora a devedora do mercado e, por isso, ingressou em Juízo buscando a anulação do referido despacho e uma decisão de tutela antecipada para fazer valer as regras do mercado sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288. A tutela antecipada foi deferida à AES Sul, assim a CCEE, sucessora do MAE, elaborou nova liquidação, agora sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288, mediante a qual a Companhia restou devedora

Notas Explicativas

do mercado. Em 29 de junho de 2012, a ação da AES Sul foi julgada improcedente em primeira instância, porém, a segunda instância, em 27 de março de 2014, considerou procedente o pedido de anulação do Despacho ANEEL nº 288. A Companhia recorreu desta decisão em segunda instância. Em 15 de janeiro de 2016 foi publicada nova decisão de segunda instância negando os recursos de embargos de declaração opostos pelos réus (agentes de mercado e ANEEL) contra a decisão favorável de mérito à AES Sul. Pendem de julgamento em segunda instância os embargos infringentes apresentados pela Companhia, e demais partes do processo contra o mérito da referida decisão. Aguarda-se o julgamento dos recursos. O montante provisionado atualizado até 31 de março de 2016 corresponde a R\$32.204 (R\$31.282 em 31 de dezembro de 2015). A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2019.

- (e) Em 02 de dezembro de 2008, a Companhia foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de 5 (cinco) compensações administrativas realizadas entre os créditos de saldo negativo de IRPJ (2001 e 2002) e os débitos de IRPJ (2003 e 2004) e CSLL (2003). A principal razão do Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre as informações contábeis e fiscais. De acordo com as informações dos assessores legais, de um total de R\$135.186 (R\$133.516 em 31 de dezembro de 2015) envolvidos na discussão, apenas R\$5.325 (R\$5.259 em 31 de dezembro de 2015) são considerados como de perda provável, sendo o restante classificado como perda possível. A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2017.

16.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia apresenta a seguir um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração. A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, os quais não foram divulgados em função de ter sido estabelecido o montante mínimo de R\$5.000 para fins de divulgação. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia.

Descrição da Contingência	Valor estimado da Contingência	
	31.03.2016	31.12.2015
(a) Recomposição de danos ambientais	Não determinado	Não determinado
(b) Compensações de IRPJ e CSLL	129.861	128.257
(c) Auto de infração - Ágio	127.749	126.512
(d) Auto de infração - Pesquisa e desenvolvimento	7.087	6.995
(e) Resolução Conselho Nacional de Política Energética - CNPE nº 3, de 6 março de 2013	93.975	84.207
(f) Arbitragem - BTG Pactual	34.448	33.405
(g) Obrigação de expansão	Não determinado	Não determinado
(h) Rebaixamento hidrelétrico	244.188	208.175

- (a) Recomposição de danos ambientais

Referem-se a 3 ações civis públicas através das quais se busca, mediante a concessão de medida liminar, a suspensão do processo de licenciamento ambiental da Companhia, bem como sua condenação à recomposição dos supostos danos ambientais decorrentes da inundação dos reservatórios de Bariri, Nova Avanhandava e Barra Bonita. De forma geral, requerem que a Companhia realize programas de compensação ambiental, bem como apresentam valor de causa simbólico, motivo

Notas Explicativas

pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.

(b) Compensações de IRPJ e CSLL

Conforme mencionado no item (e) da nota explicativa nº 16.1, a Receita Federal intimou a Companhia sobre a não homologação de 5 (cinco) compensações administrativas de IRPJ e CSLL. Em julho de 2014, a Companhia foi informada de decisão definitiva favorável relativa a uma das compensações, extinguindo em definitivo o débito no montante de R\$1.207. Atualmente, para as 4 (quatro) compensações remanescentes, aguarda-se decisão em segunda instância administrativa, sobre os recursos apresentados pela Companhia. De acordo com as informações dos assessores legais, de um montante de R\$135.186 envolvidos na discussão, R\$129.861 são considerados como probabilidade de perda possível.

(c) Auto de infração - ágio

Em novembro de 2011 foi lavrado Auto de Infração pela Receita Federal do Brasil - RFB visando a cobrança de R\$127.749 atualizado até 31 de março de 2016 (R\$126.512 até 31 de dezembro de 2015). Em razão de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado na incorporação da AES Gás Empreendimentos Ltda. e Tietê Participações Ltda. Vale esclarecer que o ágio objeto do questionamento decorreu da expectativa de rentabilidade futura na aquisição da Companhia de Geração Tietê S.A. quando do leilão de privatização do setor elétrico ocorrido em 1998. Em maio de 2013, houve decisão de 1ª instância favorável à Companhia. No momento aguarda-se julgamento do recurso de ofício ao CARF.

(d) Auto de infração – Pesquisa e desenvolvimento

Em outubro de 2012 foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria da Receita Federal por dedução supostamente indevida no ano de 2008 dos investimentos realizados em projetos de P&D da base de cálculo de IRPJ/CSLL, bem como a variação monetária passiva decorrente dos investimentos. Em novembro de 2012 foi apresentada defesa pela Companhia, tendo sido proferido julgamento desfavorável aos interesses da Companhia. Em novembro de 2013, foi apresentado recurso voluntário, que aguarda julgamento. O valor atualizado até 31 de março de 2016 é de R\$7.087 (R\$6.995 em 31 de dezembro de 2015).

(e) Resolução Conselho Nacional de Política Energética - CNPE nº 3, de 6 março de 2013

A Resolução CNPE nº 3, de 6 março de 2013, estabeleceu diretrizes para a internalização de mecanismos de aversão a risco nos programas computacionais para estudos energéticos e formação de preço, bem como instituiu novo critério para rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas durante a fase de transição e anterior à implementação do novo cálculo do PLD (de abril a agosto de 2013). Pelo novo critério, o custo dos Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente pela categoria consumo, consumidores livres e distribuidoras, passa a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional – SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Notas Explicativas

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) obteve liminar que suspendeu o rateio do ESS aos produtores independentes. A decisão judicial apontou que os custos só poderiam ser repassados aos produtores independentes por meio de mudança em lei. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, a chance de perda da ação é classificada como possível.

Em 05 de dezembro de 2014, houve sentença favorável à APINE, ratificando a liminar obtida, declarando desta forma a inexigibilidade do ESS decorrente da Resolução CNPE 03. Em 12 de dezembro de 2014, a União interpôs apelação à referida sentença. Em 01 de junho de 2015, a APINE apresentou suas contrarrazões à apelação interposta pela União.

Em 31 de dezembro de 2015, liminar continua vigente até que seja tomada a decisão final da ação ordinária, que discute a aplicação da cobrança do ESS pela Resolução CNPE 03. Com base nesta decisão judicial e no parecer jurídico obtido pela APINE, a Companhia não reconhece o custo do ESS por motivo de segurança energética.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar aproximadamente R\$93.975, referentes aos valores originais divulgados pela CCEE nas liquidações financeiras ocorridas até 31 de março de 2016.

(f) Arbitragem – BTG Pactual

O BTG alega que a Companhia inadimpliu os contratos ao comprar mais energia do que autorizado contratualmente e pretende recuperar as quantias que a Companhia recebeu com as vendas da energia fornecida pelo BTG no mercado de curto prazo. O valor atualizado do depósito em garantia é de R\$34.448 em 31 de março de 2016 (R\$33.405 em 31 de dezembro de 2015), com integral reserva de direitos.

(g) Obrigação de expansão

Vide nota explicativa nº 1.2.

(h) Rebaixamento hidrelétrico

Vide notas explicativas nº 11 e 25.4 (c.2).

Cartas de fiança, seguro garantia e caução

Em 31 de março de 2016, a Companhia contratou 1 carta de fiança no valor de R\$473 e 2 seguros garantia no valor de R\$2.394 para processos judiciais de natureza tributária, totalizando uma importância segurada de R\$2.867, ao custo de 0,35% a 2.75% a.a. Os valores referentes ao seguro garantia estão registrados como despesas pagas antecipadamente e amortizados no resultado do período de acordo com o prazo contratual, de forma linear.

Notas Explicativas

17 Encargos setoriais

	31.03.2016	Reclassificado 31.12.2015
<u>CIRCULANTE</u>		
Pesquisa e desenvolvimento	7.558	8.730
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	556	856
Ministério de Minas e Energia	278	428
Taxa de fiscalização ANEEL	572	513
Subtotal	8.964	10.527
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Pesquisa e desenvolvimento	11.437	9.591
Subtotal	11.437	9.591
Total	20.401	20.118

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

A seguir está apresentada a composição acionária em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

	31.03.2016		31.12.2015	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
<u>Acionistas</u>				
AES Holdings Brasil Ltda.	462.300.052	61,55	462.300.052	61,55
BNDESPar	107.870.009	14,36	107.870.009	14,36
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	30.258.222	4,03	30.258.222	4,03
Outros	150.665.251	20,06	150.665.251	20,06
Total das ações	751.093.534	100,00	751.093.534	100,00
	Preferenciais		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
<u>Acionistas</u>				
BNDESPar	431.480.036	37,35	431.480.036	37,35
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	120.430.752	10,43	121.032.888	10,48
Outros	603.263.140	52,22	602.661.004	52,17
Total das ações	1.155.173.928	100,00	1.155.173.928	100,00

O capital social subscrito e integralizado é de R\$262.018, dividido em 1.906.267.462 ações, sendo 751.093.534 ações ordinárias e 1.155.173.928 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

O capital social autorizado é de R\$4.600.000 sendo R\$2.383.260 em ações ordinárias e R\$2.216.740 em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

Notas Explicativas

18.2 Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é o de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.

18.2.1 Demonstração do cálculo do lucro por ação

A tabela a seguir apresenta o lucro (prejuízo) básico por ação para os trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015.

	31.03.2016	31.03.2015	
Numerador:			
Resultado líquido de operações continuadas	74.462	98.739	
Resultado líquido de operações descontinuadas	-	11.024	
Lucro líquido do período	74.462	109.763	
Denominador (em milhares de ações):			
Média ponderada do número de ações ordinárias	751.094	751.094	
Média ponderada do número de ações preferenciais	1.155.174	1.155.174	
Remuneração das ações preferenciais - idênticas às ordinárias	1,00	1,00	
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas	1.155.174	1.155.174	
Denominador ajustado			
Denominador para lucro básico por ação	1.906.268	1.906.268	
Denominador para lucro básico por ação ajustado	1.906.268	1.906.268	
Lucro por ação			
<u>Das operações continuadas</u>			
Lucro básico por ação ordinária	0,03906	0,05180	
Lucro básico por ação preferencial	0,03906	0,05180	
<u>Das operações descontinuadas</u>			
Lucro básico por ação ordinária	-	0,00578	
Lucro básico por ação preferencial	-	0,00578	
<u>Do lucro líquido do período</u>			
Lucro básico por ação ordinária	0,03906	0,05758	
Lucro básico por ação preferencial	0,03906	0,05758	
Lucro atribuível aos acionistas:			
Períodos	Ordinárias	Preferenciais	Total
31.03.2016	29.339	45.123	74.462
31.03.2015	43.248	66.515	109.763

18.2.2 Demonstração do cálculo do lucro por ação - diluído

A Companhia possui uma reserva especial de ágio no montante de R\$341.198, que poderá ser capitalizada a favor de sua controladora AES Holdings Brasil Ltda e da BNDESPAR, sendo garantida aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia. Para maiores

Notas Explicativas

detalhes vide nota explicativa nº 21.2, das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

As potenciais ações a serem emitidas em razão da capitalização da reserva especial de ágio serão consideradas diluidoras para o cálculo do lucro (prejuízo) por ação diluído da Companhia, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão foram atendidas. Em 31 de março de 2016, as condições para a emissão de ações de capital social relacionadas à amortização do ágio ainda não foram atendidas, em razão de permanecerem em estudo pela Companhia e, após conclusão dos referidos estudos, serão submetidos à aprovação de seus acionistas em Assembleia Geral, conforme legislação societária brasileira e estatuto da Companhia.

Caso a reserva seja capitalizada em favor dos acionistas AES Holdings Brasil Ltda e da BNDESPAR com emissão de 100% das ações e nenhum acionista minoritário exerça seu direito de participar do aumento de capital, o percentual dos demais acionistas reduziria de 47,45% para 44,96% em 31 de março de 2016, considerando os preços das ações nesta mesma data.

	31.03.2016
Numerador:	
Lucro líquido do período	74.462
Denominador incluindo ações a serem subscritas com a totalidade da reserva de ágio (em milhares de ações):	
Média ponderada do número de ações ordinárias	792.459
Média ponderada do número de ações preferenciais	1.219.787
Lucro diluído por ação (R\$ por ação)	
Lucro diluído por ação ordinária	0,03700
Lucro diluído por ação preferencial	0,03700

A Companhia não está apresentando o cálculo do lucro por ação diluído para o trimestre findo em 31 de março de 2015, visto que o instrumento de diluição (reserva especial do ágio) encontrava-se registrado na incorporada AES Tietê S.A. Desta forma não há efeito de diluição para o referido período.

Lucro atribuível aos acionistas em uma possível realização da reserva de ágio

Período	Ordinárias	Preferenciais	Total
31.03.2016	29.324	45.138	74.462

Notas Explicativas

19 Suprimento, compra e transporte de energia elétrica

	31.03.2016		Consolidado	
	MWh	R\$	31.03.2015	
			MWh	R\$
<u>Geração própria e outras:</u>				
Contrato bilateral Eletropaulo	-	-	2.740.148	565.320
Leilão - Eletropaulo	109.210	15.508	-	-
Leilão - Outras empresas	88.875	12.620	-	-
Contratos bilaterais	2.573.022	369.401	483.410	55.402
Mercado de curto prazo				
MRE	1.097.927	13.424	135.658	2.917
SPOT	193.090	20.830	273.540	109.711
Outros	-	1.009	-	183
Outras receitas	-	23	-	18
Receita operacional bruta	4.062.124	432.815	3.632.756	733.551
Pesquisa e desenvolvimento	-	(3.832)	-	(6.901)
PIS	-	(7.036)	-	(6.443)
COFINS	-	(32.409)	-	(29.707)
ICMS	-	(6.386)	-	(498)
Receita operacional líquida	4.062.124	383.152	3.632.756	690.002
<u>Energia elétrica comprada e transporte:</u>				
Contratos bilaterais	134.412	(16.052)	475.349	(52.886)
Mercado de curto prazo				
MRE	47.035	(1.021)	715.651	(10.110)
SPOT	266.849	(74.906)	446.949	(179.069)
Outros	-	(10.793)	-	(1.396)
Encargos de transmissão	-	(28.879)	-	(27.697)
Encargos de conexão	-	(1.035)	-	(448)
PIS	-	844	-	4.939
COFINS	-	3.889	-	22.747
Total	448.296	(127.953)	1.637.949	(243.920)

20 Outras despesas

	Individual		Consolidado
	31.03.2016	31.03.2015	31.03.2015
Ganhos na alienação de bens e direitos	48	-	912
Amortização do Uso do Bem Público (UBP)	(664)	-	(666)
Doações	(203)	-	(433)
Seguros	(2.068)	(14)	(1.920)
Arrendamentos e alugueis	(278)	(1)	(278)
Outras contribuições setoriais	(1.368)	-	(1.305)
Impostos	(40)	-	(36)
Outros	(557)	(224)	(228)
Total	(5.130)	(239)	(3.954)

Notas Explicativas

21 Resultado financeiro

		Individual	Consolidado
	31.03.2016	31.03.2015	31.03.2015
Receitas Financeiras			
Renda de aplicações financeiras	24.355	9.193	20.210
Atualização monetária dos depósitos judiciais	758	613	676
PIS e COFINS sobre receita financeira	(1.173)	-	-
Outras	108	386	397
Total	24.048	10.192	21.283
Despesas Financeiras			
Encargos de dívidas	(43.808)	-	(50.053)
Atualizações monetárias - P&D e Eficiência Energética	(561)	-	(419)
Juros capitalizados transferidos para o intangível em curso	4.923	-	4.366
Multas moratórias, compensatórias e sancionatórias	(33)	-	-
Cartas de fiança e seguros garantia	(545)	-	(449)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(1.642)	-	(1.052)
Atualização Monetária 4ª Emissão (3ª série)	(9.351)	-	-
Outras	(1.038)	(609)	(813)
Total	(52.055)	(609)	(48.420)
Variações Cambiais, líquidas			
Ganho (perda) sobre o repasse de energia - Itaipú (nota 16.1)	4.542	-	(7.244)
Outras	49	-	-
Total	4.591	-	(7.244)
Total Líquido	(23.416)	9.583	(34.381)

22 Imposto de renda e contribuição social

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	Individual		Consolidado	
	31.03.2015		31.03.2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Corrente	(22.569)	(8.217)	-	-
Diferidos	(5.634)	(2.009)	(151)	(54)
Total	(28.203)	(10.226)	(151)	(54)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	112.891	112.891	98.944	98.944
Adições (exclusões):				
Amortização de intangível de concessão	-	-	5.738	4.926
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(105.251)	(105.251)
Provisões	-	-	794	794
Doações	230	230	-	-
Amortização de intangível de concessão	-	-	(1.593)	(1.593)
Despesas indedutíveis	-	-	-	-
Outras	505	499	2	2
Total das adições (exclusões)	735	729	(100.310)	(101.122)
Resultado ajustado	113.626	113.620	(1.366)	(2.178)
Prejuízo fiscal / Base de cálculo negativa	-	-	(1.969)	(2.781)
Base de Cálculo	(113.626)	(113.620)	(603)	(603)
Alíquota	25%	9%	25%	9%
Tributos	(28.407)	(10.226)	(151)	(54)
Incentivos Fiscais	198	-	-	159
Outros	6	-	-	6
Total da despesa com tributos	(28.203)	(10.226)	(151)	(54)
Alíquota efetiva	25,0%	9,1%	0,2%	-0,1%

Notas Explicativas

23 Partes relacionadas

23.1 Transações com partes relacionadas

	31.03.2016	31.12.2015
Ativo		
Contas a receber de partes relacionadas:		
Eletropaulo - Contrato bilateral (i)	-	271.814
Eletropaulo - Leilão (v)	10.354	-
Previdência privada - Ativo de benefício definido (ii)	441	207
	10.795	272.021
Passivo		
Fornecedores:		
AES Big Sky (iii)	4	53
AES Eletropaulo - sublocação (iv)	272	-
Provisões para processos judiciais e outros:		
AES Sul - Despacho 288 (nota 16.1 (d))	32.204	31.282
Dividendos a pagar - AES Holdings Brasil	8.593	8.593
	41.073	39.928

	Individual	Consolidado
31.03.2016	31.03.2015	31.03.2015
Resultado		
Receita operacional líquida		
Eletropaulo - Leilão (v)	15.508	-
Serviços de terceiros:		
AES Big Sky (iii)	(62)	(949)
Variações monetárias:		
Eletropaulo	-	(6)
Variações Monetárias – AES Sul (Ordem 288) (nota 16.1 (d))	(922)	(468)
FCESP - Obrigações pós-emprego - Plano previdenciário	526	-
Sublocação: AES Eletropaulo (iv)	272	(1)
Sublocação: Eletropaulo x AES Holdings Brasil (iv)	-	1
Sublocação: AES Sul (iv)	-	32
	15.322	(1.384)

- (i) Refere-se ao contrato de compra e venda com a empresa sob controle comum AES Eletropaulo, encerrado em 31 de dezembro de 2015.
- (ii) A Companhia é parte integrante do Conselho Deliberativo do fundo, possuindo influência significativa na administração do mesmo. Os detalhes do plano previdenciário com a FUNCESP estão demonstrados na nota explicativa nº 15.1.
- (iii) Refere-se ao valor da contratação da prestação de serviços de gestão e administração, suporte e hospedagem dos serviços de mensagem eletrônica da Companhia com a empresa AES Big Sky.
- (iv) Corresponde aos contratos de sublocação de parte de imóvel comercial celebrados entre a Eletropaulo (sublocadora) e a Companhia (sublocatária) e entre a Eletropaulo e a incorporada AES Tietê, pelo prazo de 10 anos. A ANEEL aprovou a operação por meio do despacho nº. 2.804/2012.

Notas Explicativas

- (v) A partir de janeiro de 2016, a Companhia passou a vender energia através de leilão - CCEAR, em consonância com as regras estabelecidas e reguladas pela ANEEL, para a Eletropaulo. O contrato tem prazo de duração de 3 anos e preço médio de R\$ 142,00, e o volume envolvido é de aproximadamente 49,7 MWm. Por se tratar de um contrato regulado, o mesmo não foi submetido à anuência da ANEEL.

23.2 Remuneração da alta administração

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 642, de 7 de outubro de 2010, a Companhia deve divulgar a remuneração de sua alta administração. A remuneração nos períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015 é apresentada a seguir:

		Consolidado
	31.03.2016	31.03.2015
Benefícios de Curto Prazo (a)	1.182	1.258
Benefícios Pós-emprego (b)	33	42
Outros Benefícios de Longo Prazo (c)	67	38
Benefícios de rescisão contrato de trabalho	489	-
Remuneração Baseada em Ações (d)	43	41
Total	1.814	1.379

A remuneração dos administradores foi aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2014, com exceção ao plano de remuneração baseado em ações que é administrado e custeado pela The AES Corporation.

- Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);
- Compostos por pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego;
- Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas; e
- Compostos por ações e opções de ações da The AES Corporation outorgadas à alta administração. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 21.2 (b), das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

24 Seguros

Em 31 de março de 2016, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração da Companhia cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais	01/01/2016	01/01/2017	3.750.000
Vida em grupo	01/01/2016	01/01/2017	25 X salário, com o máximo de R\$ 1.833
Responsabilidade Civil Geral	01/04/2016	01/04/2017	30.000
Riscos ambientais	01/04/2016	01/04/2017	10.000
Frota veículos - RCF	01/04/2016	01/04/2017	RCFV Garantia única R\$ 1.000
Responsabilidade civil de administradores- D&O	01/04/2016	01/04/2017	100.000

O seguro de frota de veículos – RCF - é contratado individualmente pela Companhia. Para os demais seguros, a importância segurada é compartilhada com outras empresas do Grupo AES Brasil (co-seguradas). O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento a base de critério do rateio.

25 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

25.1 Considerações gerais

Os principais instrumentos financeiros, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, estão reconhecidos nas seguintes rubricas:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4);
- Investimentos de curto prazo (nota explicativa nº 4);
- Consumidores e revendedores (nota explicativa nº 5);
- Contas a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº 23);
- Cauções e depósitos vinculados (nota explicativa nº 16);
- Fornecedores (nota explicativa nº 11);
- Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar; e
- Debêntures, empréstimos e financiamentos e arrendamento financeiro (nota explicativa nº 13).

25.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

	31.03.2016		31.12.2015		Categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (Circulante e não circulante)					
Caixa e equivalentes de caixa	545	545	558	558	Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	733.676	733.676	746.210	746.210	Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores, revendedores	167.163	167.163	40.772	40.772	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber de partes relacionadas	10.354	10.354	271.814	271.814	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	37.829	37.829	37.008	37.008	Empréstimos e recebíveis
Total	949.567	949.567	1.096.362	1.096.362	
PASSIVO (Circulante e não circulante)					
Fornecedores	332.062	332.062	352.076	352.076	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Debêntures	1.421.838	1.320.630	1.390.853	1.281.758	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Arrendamento financeiro	732	732	805	805	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	36.828	36.828	36.828	36.828	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total	1.791.460	1.690.252	1.780.562	1.671.467	

As rubricas Caixa e equivalentes de caixa e Investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs), operações compromissadas e fundo de investimento, os quais são marcados a mercado

Notas Explicativas

mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.

Para a rubrica Debêntures, o método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o período findo em 31 de março de 2016.

25.3 Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	31.03.2016				31.12.2015			
	Valor justo	Mensuração			Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVO								
Caixa e equivalentes de caixa	545	545	-	-	558	558	-	-
Investimentos de curto prazo	733.676	-	733.676	-	746.210	-	746.210	-
Total - Ativo	734.221	545	733.676	-	746.768	558	746.210	-

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o período findo em 31 de março de 2016 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco com o nível 3.

25.4 Gerenciamento de riscos

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

Em sua estrutura, a Companhia conta com a Gerência de Controles Internos que tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

A eficácia dos controles chaves implementadas pela Companhia para garantir a exatidão das Demonstrações Contábeis é testada anualmente. Em caso de

Notas Explicativas

identificação de eventuais pontos de melhoria sobre esses controles, a Companhia elabora um plano de ação, definindo prazos e responsabilidades, para garantir a mitigação de todos os riscos associados.

A Companhia conta também com uma diretoria de auditoria interna, que atua em três segmentos: operacional, financeiro e tecnologia da informação. O primeiro segmento avalia todos os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, o segundo avalia as demonstrações contábeis e os controles associados e o terceiro os controles de segurança da informação, todos em conformidade com a Lei norte-americana Sarbanes-Oxley, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis pelos processos, revisados pela área de Controles Internos e sua implementação devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos e Auditoria Interna.

O plano de auditoria é aprovado pelo Comitê de Auditoria da The AES Corporation, pela Diretoria e Conselho de Administração da Companhia. Além disto, o resultado das respectivas auditorias e o plano de ação para implementação de potenciais melhorias e regularizações são apresentados ao Conselho Fiscal da Companhia, periodicamente.

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e Compliance e os recursos necessários serão alocados para que, com base na conclusão das averiguações, e medidas de remediação apropriadas – sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - sejam tomadas tempestivamente. Em caso de necessidade, se houver um eventual impacto material nas Demonstrações Contábeis, estes dados serão devidamente informados à governança da companhia, incluindo alta administração e Conselho de Administração e Fiscal, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Notas Explicativas

Contas a receber

A partir de 1º de janeiro de 2016, as vendas de energia da Companhia estão sendo efetuadas para consumidores livres, comercializadoras e geradoras, principalmente por contratos bilaterais, bem como no mercado de curto prazo e em contratos no ambiente regulado (leilões de energia). Nos contratos bilaterais, a Companhia exige como garantia fiança bancária. Para o mercado de curto prazo, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas à regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia. As vendas realizadas no ambiente regulado possuem como garantia os recebíveis da parte contratante, os quais são firmados por meio de contratos de constituição de garantias.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos *ratings* das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, *rating* inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) inferior a R\$6.000.000) até 25% (PL superior a R\$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira; (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$6.000.000) até 5% (PL superior a R\$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de março de 2016 é a seguinte:

	31.03.2016
Caixa e equivalentes de caixa	545
Investimentos de curto prazo	733.676
Consumidores e revendedores	167.163
Contas a receber de partes relacionadas	10.354
Total da exposição	911.738

Notas Explicativas

(b.2) Risco de liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica “Debêntures” está sendo considerado o fluxo de caixa projetado. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 13. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Trimestre findo em 31 de março de 2016	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	332.062	-	-	-	-
Debêntures	45.531	308.963	508.152	1.258.869	-
Arrendamento financeiro	86	211	245	190	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	1.396	35.432	-	-	-
Total	379.075	344.606	508.397	1.259.059	-

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do período. Portanto, o CDI e IPCA utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de março de 2016.

(b.3) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para o período findo em 31 de março de 2016 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

(b.4) Riscos de mercado

Gestão de capital

A Companhia controla suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: debêntures e arrendamento financeiro, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Notas Explicativas

Na tabela abaixo, está demonstrada a dívida líquida da Companhia:

	31.03.2016	31.12.2015
Debêntures	1.421.838	1.390.853
Arrendamento financeiro	732	805
Caixa e equivalentes de caixa	(545)	(558)
Investimentos de curto prazo	(733.676)	(746.210)
Dívida líquida	688.349	644.890
Patrimônio líquido	2.092.971	2.018.466
Dívida líquida / Patrimônio Líquido	32,89%	31,95%

Do endividamento financeiro total em 31 de março de 2016, 12,9% (11,54% em 31 de dezembro de 2015) era de curto prazo e o prazo médio era de 2,6 anos (2,7 anos em 31 de dezembro de 2015).

Riscos de taxas de juros

A Companhia possui debêntures remuneradas pela variação do DI e IPCA, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, seu resultado é afetado pela variação desses índices.

Em 31 de março de 2016, as aplicações financeiras da Companhia, em sua maior parte, foram alocadas em CDBs e operações compromissadas, rentabilizadas pelo CDI. Uma pequena parte está aplicada em fundo de investimento, que possui em sua carteira os mesmos tipos de papéis.

O montante de exposição líquida da Companhia (desconsiderando os custos a amortizar) aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de março de 2016 é:

	31.03.2016
Investimentos de curto prazo	733.676
Debêntures	(1.450.290)
Total da exposição líquida	(716.614)

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de março de 2016, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de março de 2016, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2016, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Notas Explicativas

Aplicações financeiras	Taxa de Juros	Posição em 31.03.2016	Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,95%	10,42%	13,89%	17,36%	20,84%
Aplicações financeiras (Investimentos de curto prazo)	CDI	733.676	50.990	76.449	101.908	127.366	152.898
Subtotal		733.676	50.990	76.449	101.908	127.366	152.898

Dívidas	Taxa de Juros	Posição em 31.03.2016	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,95%	10,42%	13,89%	17,36%	20,84%
Debêntures - 2ª Emissão	CDI+0,79% a.a.	(524.419)	(40.878)	(59.219)	(77.560)	(95.901)	(114.295)
Debêntures - 3ª Emissão	108,20% do CDI	(301.194)	(24.601)	(35.171)	(45.741)	(56.312)	(66.913)
Debêntures - 4ª Emissão (1ª Série)	CDI + 1,55% a.a.	(149.593)	(12.877)	(18.148)	(23.419)	(28.691)	(33.977)
Debêntures - 4ª Emissão (2ª Série)	CDI + 2,15% a.a.	(155.315)	(14.366)	(19.871)	(25.376)	(30.882)	(36.403)
Subtotal		(1.130.521)	(92.722)	(132.409)	(172.096)	(211.786)	(251.588)
IPCA			3,49%	5,24%	6,98%	8,73%	10,47%
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	IPCA + 8,43% a.a.	(319.769)	(39.067)	(45.134)	(51.176)	(57.235)	(63.269)
Subtotal		(319.769)	(39.067)	(45.134)	(51.176)	(57.235)	(63.269)
Total da exposição líquida		(716.614)	(80.799)	(101.094)	(121.364)	(141.655)	(161.959)

Risco de Recontratação (volume, preço e diferença de submercado)

Até 31 de dezembro de 2015, quase toda a garantia física da Companhia foi vendida para a Eletropaulo com preço médio no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 de R\$217,85/MWh. Esse contrato teve vencimento em 31 de dezembro de 2015 e, a partir dessa data, essa energia está sendo vendida no ambiente de contratação regulado e/ou livre aos preços negociados de acordo com as condições de mercado vigentes à época. Portanto, a partir de 2016, a receita da Companhia está diretamente ligada ao preço de recontratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado no mercado de curto prazo (CCEE).

Em 2012, a Companhia definiu a estratégia para comercialização para a venda de energia após dezembro de 2015, com o objetivo de aumentar a base de clientes livres e ao mesmo tempo obter margens na comercialização, posicionando a Companhia como um importante agente no mercado livre.

A estratégia da Companhia é vender energia tanto no ambiente regulado quanto no livre para assegurar a receita da empresa em contratos de venda. Os preços de recontratação dependem do comportamento e das práticas de mercado e a estratégia de volume de contratação prevê uma reservada para proteção contra o risco hidrológico. A posição de contratação da carteira da Companhia é de 95% e 88%, com preços médios de R\$153/MWh e R\$154/MWh para 2016 e 2017, respectivamente.

Em dezembro de 2015 a Companhia participou do leilão de energia A-1, pelo qual firmou contratos de energia no ambiente regulado – CCEAR. Os referidos contratos têm prazo de duração de 3 anos, com preço médio de R\$142,00/MWh. A Companhia vendeu 90 MWm, dos quais destacam-se 49,7 MWm para a Eletropaulo, empresa do mesmo grupo econômico. As condições contratuais são regulamentadas pela ANEEL.

Destaca-se que a Companhia poderá estar sujeita ao risco de diferença de preços entre submercado caso opte por vender energia fora do submercado no qual a sua garantia física está localizada. Neste caso, em se verificando essa diferença de

Notas Explicativas

preços, a Companhia deverá assumir a variação positiva ou negativa de preços no mercado de curto prazo

(c) Outros riscos

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades. A Companhia, baseada em análise da legislação pertinente e apoiada por seus assessores jurídicos, considera que os investimentos oriundos do projeto básico serão reembolsados pelo Poder Concedente, bem como aqueles realizados após a assinatura do contrato de concessão que não estiverem totalmente depreciados ao final da concessão.

(c.2) Risco hidrológico

A energia produzida pelas geradoras no Brasil é destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), que é constituído por usinas das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e de parte da região Norte do País. As atividades de coordenação e controle da operação do sistema elétrico são executadas pelo ONS, que procura gerir o estoque de energia de forma a garantir o despacho ótimo e a segurança do abastecimento energético em todo o País.

As variações climáticas podem ocasionar excedentes ou escassez de produção hidrelétrica em determinadas regiões e em determinados períodos do ano, uma vez que o volume de energia gerado pelas usinas hidrelétricas depende do índice pluviométrico (vazões) e do volume acumulado de água em seus reservatórios, que determinam o despacho otimizado do ONS. O SIN possibilita que toda energia gerada no sistema seja transmitida e distribuída da forma mais adequada por todo o País, permitindo a troca de energia entre as regiões, além de obter benefícios da diversidade das bacias hidrográficas.

De acordo com as regras do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o volume total de energia hidrelétrica gerada no País é alocado para cada usina hidroelétrica do SIN participante deste mecanismo, de forma proporcional aos seus respectivos níveis de garantia física (ou energia assegurada). Essa alocação busca garantir que todas as usinas participantes do MRE atinjam seus níveis de energia assegurada, independentemente da produção individual de cada planta. Se, após a etapa acima ter sido cumprida, todos os membros do MRE atingirem seus níveis de garantias física e ainda houver saldo de energia produzida, o adicional da geração, designado “Energia Secundária”, é alocado proporcionalmente entre os geradores.

Da mesma forma, quando a geração de energia for inferior à garantia física total das usinas hidrelétricas do SIN, tal déficit também é rateado, proporcionalmente, entre os participantes do MRE, através do *Generation Scaling Factor* (GSF), efeito este conhecido como “Rebaixamento” da garantia física no MRE, podendo resultar em exposições no mercado de energia de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Nas situações acima também pode ocorrer da alocação de energia no MRE se dar em um submercado distinto daquele onde a energia é gerada, o que pode ou não criar

Notas Explicativas

exposições à diferença entre o PLD dos submercados onde a usina se localiza e de origem da energia alocada. Tais exposições, sejam positivas ou negativas, estão sujeitas a um mecanismo de alívio financeiro e podem ser reduzidas ou eliminadas, dependendo da contabilização de curto prazo do mês em que se configurem.

Anualmente, no mês de dezembro, a Aneel estabelece os limites máximos e mínimos do PLD que vigorarão durante o ano seguinte. O PLD máximo é calculado com base no CVU mais elevado de uma Usina Termelétrica em operação comercial, a gás natural, contratada por meio de CCEAR. Para o cálculo do PLD mínimo consideram-se as estimativas de custos de geração da UHE Itaipu e os custos necessários para manter e operar os empreendimentos hidrelétricos, os encargos e a CFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

Em 22 de dezembro de 2015, foi publicada a Resolução Homologatória nº. 2002/2015, que estabeleceu os limites máximo e mínimo do PLD, para o ano de 2016. O PLD mínimo foi estabelecido em R\$30,25/MWh, com base nos custos de operação das usinas cotistas, adicionado à CFURH. O PLD máximo, foi estabelecido em R\$422,56/MWh com base no Custo Variável Unitário (CVU) da usina termelétrica Mário Lago, determinada como térmica de referência.

Desde 2014, a geração das usinas hidrelétricas participantes do MRE tem sido menor que as suas respectivas Garantias Físicas, resultando em GSF menor do que 1, que indica o nível de rebaixamento das Garantias Físicas para efeito da contabilização do mercado de curto prazo, em geral relacionado à hidrologia adversa e PLD elevado, implicando em significativo impacto econômico.

Devido a melhora da hidrologia do período úmido 2015/2016 e a redução do consumo de energia por conta da atual situação econômica, os níveis de reservatórios estão se recuperando e o PLD chegou a alcançar o piso regulatório no submercado Sudeste/Centro-Oeste. Para 2016 a Companhia comercializou 88% de sua energia no mercado livre através de contratos bilaterais e 7% no mercado regulado por meio de leilão público. Os 5% restantes da garantia física constituem um hedge de proteção contra o risco hidrológico. Importante ressaltar que a margem comercial em 2016 poderá ser impactada principalmente pelo PLD e GSF.

A Associação dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) obteve em 1º de junho de 2015, uma liminar favorável a todas as geradoras elétricas abarcadas pela associação, entre elas a Companhia, que impede que o rebaixamento hidrelétrico (GSF) seja alocado aos geradores detentores da liminar nas próximas liquidações financeiras da CCEE. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, a chance de mérito da ação é classificada como possível.

No entanto, o Ministério de Minas e Energia (MME) em 18 de agosto de 2015 publicou a medida provisória nº 688/2015 (MP 688/2015), convertida na Lei 13.203/2015, de 09 de dezembro de 2015, dispondo sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015, mediante contrapartida dos geradores hidrelétricos. Em linhas gerais, existem duas possibilidades para a elegibilidade do gerador com base no seu ambiente de contratação de energia, ACL (Ambiente de Contratação Livre) ou ACR (Ambiente de Contratação Regulada). Em ambos os casos, é necessária a desistência dos geradores nas ações judiciais para assim requererem a repactuação do risco hidrológico.

Notas Explicativas

A ANEEL através da audiência pública nº 32/2015 (AP032) obteve subsídios para estabelecer os critérios de anuência e condições de repactuação do risco hidrológico de usinas hidrelétricas participantes do MRE, descritos na Resolução Normativa ANEEL 684 de 11 de dezembro de 2015, nos termos da Lei 13.203/2015. A Companhia decidiu por não aderir à repactuação proposta por não considerá-la atrativa economicamente. Vale ressaltar que a liminar continua vigente e, caso a mesma seja cassada, a Companhia terá que desembolsar o montante de R\$244.188. (vide detalhes na nota explicativa nº 11).

(c.3) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (emissões de debêntures) com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Em 31 de março de 2016, a Companhia estava cumprindo os termos dos *covenants* (vide nota explicativa nº 13.6).

Caso a Companhia não consiga cumprir, com as cláusulas restritivas de seu contrato de debêntures, tais operações poderão ser vencidas antecipadamente, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da Companhia.

(c.4) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

O Governo Federal poderá implementar alterações no regime fiscal que afetam a Companhia. Estas alterações podem incluir desde mudanças nas alíquotas até a cobrança de tributos temporários ou permanentes, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade.

(c.5) Risco de instabilidade cambial e econômica

Instabilidade econômica

Os resultados operacionais da Companhia são afetados pelo nível de atividade econômica no Brasil e no mundo. Uma diminuição da atividade econômica brasileira e mundial tipicamente resulta em redução dos eventos produtivos que, por sua vez, podem implicar na redução das atividades da Companhia. A desaceleração do crescimento do PIB brasileiro e mundial pode afetar os resultados operacionais da Companhia adversamente. A diminuição da atividade econômica resulta em redução dos eventos produtivos que podem por sua vez implicar na redução do consumo de energia, na redução da liquidez dos mercados de energia e na redução dos projetos de expansão para contratação de energia nova.

Notas Explicativas

Instabilidade cambial

Eventuais medidas futuras do governo brasileiro, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear aumento de inflação.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido constantes variações com relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o governo brasileiro implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo.

A desvalorização do Real em relação ao dólar pode criar pressão inflacionária adicional no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como afetar adversamente a Companhia.

(c.6) Risco de meio ambiente

A instalação e operação de empreendimentos voltados à atividade de geração de energia elétrica, tais como as usinas hidrelétricas, utilizam recursos naturais e podem causar impactos ambientais.

A legislação ambiental brasileira em vigor estabelece padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores a sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais. A Companhia mantém o certificado do Sistema de Gestão Ambiental em ISO 14001, como resultado do conjunto de ações com vistas a mitigar os impactos ambientais de suas atividades, potencializar o cumprimento da legislação ambiental e incentivar a melhoria contínua de seus processos de controle. Além disso, todas as usinas possuem licenças ambientais de operação válidas, emitidas pelos órgãos ambientais competentes.

(c.7) Risco de obrigação de expansão

A Companhia possui uma obrigação, prevista em seu Edital de Privatização e Contrato de Compra e Venda de Ações, de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração, dentro do Estado de São Paulo, em pelo menos 15% (398 MW) no período de oito anos a partir da assinatura do Contrato de Concessão, cujo descumprimento poderá acarretar advertência, e/ou suspensão da participação da Companhia em licitações estaduais e, ainda, ação judicial como a movida pelo Governo do Estado de São Paulo. O detalhamento das ações judiciais relacionadas à obrigação de expansão está divulgado na nota explicativa nº 1.2.

26 Compromissos

A Companhia incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, e contratos de conexão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL. A Companhia possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia

Notas Explicativas

Elétrica – TFSEE e a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH, cujas tarifas também são homologadas pela ANEEL.

Adicionalmente, a Companhia incorre em custo pelo acesso ao sistema de transmissão, cujas tarifas também são homologadas pela ANEEL.

A Companhia não possui garantias prestadas a terceiros e linhas de crédito aprovadas e não sacadas em 31 de março de 2016.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentários sobre o comportamento das Projeções Empresariais

A Companhia até 31 de dezembro de 2015 não divulgava projeções e estimativas. Contudo, como a Companhia incorporou a AES Tietê em 31 de dezembro de 2015, e a AES Tietê divulgava projeções em seu Formulário de Referência, esta seção, anexa as demonstrações contábeis da Companhia, apresenta as projeções da AES Tietê referente ao ano de 2015 e as projeções da AES Tietê Energia referente ao ano de 2016.

a.) Objeto da projeção

1 - Investimentos

A Companhia informa os montantes de investimentos divididos em investimentos e juros capitalizados.

2 - Compra de energia no mercado de curto prazo:

A Companhia informa sua estimativa para o percentual médio anual de rebaixamento da energia assegurada.

3 - Programa de Redução dos Custos Gerenciáveis

A Companhia informa sua estimativa para redução de custos gerenciais, buscando ganhos de eficiência e melhorias na gestão de seus custos.

b.) Período projetado e o prazo de validade da projeção

1 - Investimentos

A Companhia divulga suas projeções de investimentos anuais, para o período de cinco anos incluído o exercício social corrente, podendo ser reavaliada trimestralmente, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

2- Compra de energia no mercado de curto prazo

Projeções de percentual médio anual de rebaixamento da energia assegurada para o ano corrente, podendo ser reavaliada trimestralmente, com validade até sua concretização ou substituição por novas projeções.

3 - Programa de Redução dos Custos Gerenciáveis

Estimativa quanto ao resultado do seu Programa de Redução de Custos válida para o ano corrente, podendo ser reavaliada trimestralmente, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

c.) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

1 - Investimentos

As projeções de investimentos da Companhia se baseiam principalmente nas seguintes premissas:

- Cronograma de manutenções das unidades geradoras;
- Diagnósticos de equipamentos;
- Obrigações regulatórias; e
- Iniciativas estratégicas.

2- Compra de energia no mercado de curto prazo

As projeções de exposição da Companhia ao mercado de curto prazo em 2015 se baseiam principalmente nas seguintes premissas:

- Despacho térmico médio de 14-16 GWm;
- Sazonalização das usinas participantes do MRE;
- Sazonalização da garantia física e contratos da Companhia;
- Preço de liquidação das diferenças (PLD) médio de R\$ 290/MWh para o ano de 2015;
- Retração da carga em relação a 2014 na faixa de 2,0% a 2,5%; e,
- Intercâmbio entre subsistemas e manutenção da geração intermitente.

3 - Redução dos Custos Gerenciáveis

As projeções para o Programa de Redução de Custos Gerenciáveis de 2015 estão diretamente relacionadas aos resultados estimados para as iniciativas descritas a seguir:

- Melhorias nos processos de operação e manutenção das usinas e eclusas da Companhia;
- Internalização dos processos de gestão dos reservatórios; e
- Reavaliação dos custos administrativos, através da redução do grupo serviços de terceiros.

Essas projeções refletem somente a percepção da administração da AES Tietê sobre o futuro de seus negócios, considerando, principalmente, os seguintes fatores: (i) o desempenho da economia nacional e internacional; (ii) as condições de mercado e do setor de energia elétrica em geral, inclusive as condições hidrológicas do país; (iii) a regulamentação do setor elétrico e legislação ambiental vigentes; e (iv) fatores operacionais.

Todas as premissas indicadas acima no item “c” estão sujeitas a mudanças, riscos e incertezas, que fogem ao controle da administração da AES Tietê. Qualquer alteração na percepção ou nos fatores acima descritos pode fazer com que os resultados concretos divirjam das projeções efetuadas. Em caso de alteração relevante nestes fatores, as projeções deverão ser revisadas.

d.) Valores dos indicadores que são objeto da previsão

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

1 - Investimentos

Os valores projetados para período de cinco anos (2016-2020) encontram-se nas tabelas a seguir:

Investimentos estimados – R\$ MM	2016	2017	2018	2019	2020	Total 2016-2020
Investimentos	70,7	95,0	66,6	41,1	59,0	332,4
Juros de Capitalização	15,4	14,5	15,0	12,6	12,6	70,1
Total	86,1	109,4	81,5	53,7	71,6	402,5

Nota: valores nominais

2- Compra de energia no mercado de curto prazo

O rebaixamento médio anual estimado de 15% a 17%, o perfil de sazonalização da garantia física e contratos aplicada para 2015 e o desempenho no MRE resultaria em um impacto no Ebitda relativo a esta exposição entre R\$ 570 milhões a R\$ 630 milhões.

3 - Revisão dos Custos Gerenciáveis

Conforme divulgado no Formulário de Referência da Companhia, espera-se atingir em 2015, por meio do Programa de redução de Custos Gerenciáveis, crescimento zero dos custos gerenciáveis¹, em termos nominais, quando comparado ao patamar verificado em 2014, no valor de R\$ 186 milhões.

e.) Acompanhamento dos valores dos indicadores que são objeto da previsão

1 – Investimentos

Acompanhamento/ Atualização 1T15 – 3T15

Encerrado o primeiro, segundo e terceiro trimestre de 2015, a Companhia não revisou os valores projetados para o período de cinco anos a contar do exercício social corrente (2015-2019), conforme tabela a seguir:

Investimentos estimados – R\$ MM	2015	2016	2017	2018	2019	Total 2015-2019
Investimentos	142,9	67,3	86,2	60,6	59,9	416,9
Juros de Capitalização	12,3	12,4	14,2	15,2	16,4	70,5
Total	155,2	79,6	100,4	75,8	76,4	487,4

Nota: valores nominais

¹ Excluiu-se do conceito de custos gerenciais itens não recorrentes e considerados não gerenciáveis pela administração da Companhia, como: compra e venda de energia, taxas, compensações financeiras e encargos setoriais, custos com transmissão e distribuição de energia elétrica, ressarcimento de seguros, normalização de manutenções bianuais das eclusas da Companhia, custos com entidade de previdência Privada, provisões operacionais e contingências, ganhos e perdas com venda e avaliação de ativos, dentre outros efeitos não recorrentes.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Acompanhamento/ Atualização 4T15

A Companhia apresenta um comparativo entre os dados projetados e realizados para o ano de 2015, conforme tabela a seguir:

Investimentos – R\$ M	Estimativa 2015	Realizado 2015	Variação
Investimentos	142,9	144,6	1,2%
Juros Capitalizados	12,3	23,1	87,8
Total	155,2	167,7	8,1%

A AES Tietê investiu em 2015 um total de R\$ 167,7 milhões, montante 8,1% superior ao estimado para o período, principalmente em função do aumento de juros capitalizados, reflexo do aumento de juros no período.

Acompanhamento/ Atualização 1T16

A Companhia atualizou suas projeções de investimentos anuais, para o período de cinco anos incluído o exercício social corrente (2016-2020), considerando replanejamento de manutenções para o período e premissas macroeconômicas para o período, com destaque para taxa de juros e inflação, conforme apresentado na tabela do item “d”.

2- Compra de energia no mercado de curto prazo

Acompanhamento/ Atualização 1T15

Encerrado o primeiro trimestre de 2015 e considerando a performance da hidrologia, a Companhia revisou sua projeção de impacto de compra de energia no mercado de curto prazo. Um comparativo da projeção atualizada no 1T15 versus o estimado no 4T14, está detalhado na Tabela a seguir.

Acompanhamento/ Atualização 2T15

Encerrado o segundo trimestre de 2015 e considerando a performance da hidrologia no período, a redução da carga verificada e perspectivas para a economia Brasileira, a Companhia revisou sua projeção de impacto de compra de energia no mercado de curto prazo. Um comparativo da projeção atualizada no 2T15 versus o estimado no 4T14 e 1T15, está detalhado na Tabela a seguir.

Acompanhamento/ Atualização 3T15

Encerrado o terceiro trimestre de 2015 e considerando a performance da hidrologia no período, a redução da carga verificada e perspectivas para a economia Brasileira, a Companhia revisou sua projeção de impacto de compra de energia no mercado de curto prazo. Um comparativo da projeção atualizada no 3T15 versus o estimado no 4T14, 1T15 e 2T15, está detalhado na Tabela a seguir.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Acompanhamento/ Atualização 4T15

Encerrado o quarto trimestre de 2015 e considerando a performance da hidrologia no período, a redução da carga verificada e perspectivas para a economia Brasileira, a Companhia apresenta a seguir a atualização da projeção de impacto de compra de energia no mercado de curto prazo.

Premissas	Estimado 2015	Revisão 1T15	Revisão 2T15	Revisão 3T15	Realizado 2015
Impacto negativo Ebitda – R\$ MM	590 a 680	750 a 840	730 a 810	570 a 630	593
Rebaixamento médio anual	15% - 17%	17% - 19%	17% - 19%	15% - 17%	15,8%
PLD médio no SE/CO	R\$ 388/MWh	R\$ 388/MWh	R\$ 371/MWh	R\$ 290/MWh	R\$ 287,2/MWh
ENA 2015 (SIN)	78% da MLT	78% da MLT	76% da MLT	85% da MLT	89% da MLT
Carga 2015 vs. 2014	+0,5%	-0,5% a -1%	-1,5% a -2,0%	-2,0% a -2,5%	-2%
Despacho Térmico médio (2015) - GWM	16 a 17	16 a 17	15 a 16	14 a 16	15,5

Acompanhamento/ Atualização 1T16

A Companhia não divulgou projeção referente a custos de energia para o ano de 2016.

3 – Redução dos Custos Gerenciáveis

Acompanhamento/ Atualização 1T15 – 3T15

Encerrado o primeiro, segundo e terceiro trimestre do ano de 2015, a Companhia não revisou a projeção de redução de custos gerenciáveis para o ano de 2015.

Acompanhamento/ Atualização 4T15

Por meio do Programa de Redução dos Custos Gerenciáveis, a companhia pretende atingir crescimento zero de seus custos gerenciáveis de 2015, em termos nominais, em relação ao patamar verificado de 2014, de R\$193 milhões.

Acompanhamento/ Atualização 1T16

A Companhia não divulgou projeção referente a custos gerenciais para o ano de 2016.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

AES Tietê Energia S.A.

Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da AES Tietê Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado – DVA, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 26 de abril de 2016.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Marcos Antonio Quintanilha

Contador CRC-1SP132776/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da AES TIETÊ ENERGIA S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.128.563/0001-10, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 2, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao primeiro trimestre do exercício social de 2016.

Barueri, 26 de abril de 2016.

Diretores:

Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho

Diretor Presidente

Charles Lenzi

Diretor Vice-Presidente

Sidney Simonaggio

Diretor Vice-Presidente

Francisco Jose Morandi Lopez

Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Paulo Camillo Vargas Penna

Diretor Vice-Presidente

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira

Diretor Vice-Presidente

Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino

Diretor Vice-Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os Diretores da AES TIETÊ ENERGIA S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.128.563/0001-10, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 2, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao primeiro trimestre do exercício social de 2016.

Barueri, 26 de abril de 2016.

Diretores:

Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho

Diretor Presidente

Charles Lenzi

Diretor Vice-Presidente

Sidney Simonaggio

Diretor Vice-Presidente

Francisco Jose Morandi Lopez

Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Paulo Camillo Vargas Penna

Diretor Vice-Presidente

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira

Diretor Vice-Presidente

Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino

Diretor Vice-Presidente